

APOSTILA

V ENCONTRO DE EDUCADORES



Agosto / Setembro
2006

Parcerias Envolvidas:

FENABB

08007042106 e 08006445661

Fone: (061) 2106-1100

E.mail: fenabb@fenabb.org.br

Fundação Banco do Brasil

08006422888

Fone: (061) 3310-1900

E-mail: fbf@fbf.org.br



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Núcleo de Trabalhos Comunitários – NTC

Fonefax: (011) 3864-6503 ou 3864-7377

Plantão AABB: (011) 3862-5891

E-mail: ntc@pucsp.br

Coordenação Geral do NTC:

Profª Drª Maria Stela Santos Graciani

Educadores do NTC:

Ana Karina Barbosa Sampaio

Antonia Marcia Araújo Guerra

Carla Casado Silva

Graziela Santos Graciani

Juliana Santos Graciani

Marcio Leopoldo Gomes Bandeira

Marcos Eduardo Ferreira Marinho

Maurício Américo Finotti

Silvestre Rodrigues da Silva

Apoio

CESABB

AABB

Índice

Apresentação _____	5
Programação _____	6
Análise de Conjuntura da Infância e Adolescência no Brasil Silvestre Rodrigues da Silva _____	7
Da invisibilidade social à concretude de ser no mundo um cidadão consciente de seu poder na história Profª Drª Maria Stela Santos Graciani _____	15
O que fazer de nossos corpos? O educador e a Sexualidade no Programa Integração AABB Comunidade Marcio Leopoldo Gomes Bandeira _____	17
A educação socioambiental libertadora como um instrumento de construção de novos projetos societários Antonia Márcia Araújo Guerra Urquizo Valdivia _____	19
Alimentação Sustentável: Fonte da Vida Juliana Santos Graciani _____	22
Rede Nacional de Correspondência e o Perfil do seu Coordenador Graziela Santos Graciani _____	25
Estratégias de mobilização do Conselho Deliberativo Participativo do Programa Integração AABB Comunidade Marcos Eduardo Ferreira Marinho _____	29
O Programa Integração AABB Comunidade e os indicadores sociais Profª Drª Maria Stela Santos Graciani _____	34
A organização do tempo no Programa Integração AABB Comunidade Marcio Leopoldo Gomes Bandeira _____	37
O Programa Integração AABB Comunidade e o direito à convivência familiar e comunitária: uma proposta metodológica de integração Profª Drª Maria Stela Santos Graciani _____	42
A avaliação emancipatória do Programa exige indicadores: objetivos estratégicos e com visão cidadã Profª Drª Maria Stela Santos Graciani _____	44
A sistematização das experiências: refletindo as ações e aprendendo com elas Ana Karina Barbosa Sampaio _____	48

Resumos – Educação a Distância

2001/2002

Módulo A – Relações Sócio-Político-Administrativas	53
Módulo B – Relações Político-Pedagógico	54
Módulo C – Relações Sócio-Afetivas	57
Módulo D – Relações Culturais	58

2003/2004

Módulo A – Relações Sócio-Político-Administrativas	59
Módulo B – Relações Político-Pedagógicas	61
Módulo C – Relações Socioambientais	63
Módulo D – Conflitos Contemporâneos e Possibilidades de Superação	64

2005/2006

Módulo A – Educação Ambiental – Recursos Hídricos	66
---	----

Anexos

Ficha de Cadastro	70
Auto-retrato aos 56 anos (Graciliano Ramos)	72
Oficina Análise de Conjuntura da Infância e Adolescência	73
Filmografia	73
Os 8 Objetivos do Milênio	74
O bicho (Manoel Bandeira)	77
Estratégias de mobilização do CDP do Programa	78
Roteiro da Ação Multiplicadora	80
Avaliação – 1º dia	82
Avaliação – 2º dia	84
Avaliação – 3º dia	85
Avaliação – 4º dia	87
Espaço para troca de contatos	90

APRESENTAÇÃO

Primeiramente gostaríamos de salientar a importância do V Encontro de Educadores. Este é um marco histórico do Programa Integração AABB Comunidade. Neste momento concretizamos um processo de dez anos acompanhando os educadores, no qual compartilhamos, trocamos e sonhamos juntos com uma infância e adolescência mais digna e feliz para os nossos educandos. Além disso, reiteramos o compromisso político-pedagógico e financeiro dos Instituidores do Programa que continuam investindo e acreditando numa educação que liberta e emancipa.

Neste V Encontro contaremos com a presença de Educadores, Coordenadores, Representantes de CESABB e Representantes das SUPER/BB e promoveremos a troca de experiências sobre os aspectos fundantes do Projeto Político Pedagógico do Programa Integração AABB Comunidade, na intenção de viabilizar a construção de alternativas de enfrentamento das demandas emergentes no cotidiano, a partir de estratégias avaliativas da ação pedagógica.

Nossa programação contempla um dia inteiro dedicado às questões institucionais, relativas aos aspectos administrativos e operacionais do Programa, além de uma vivência sobre musicalidade com Valter Pini.

A partir do segundo dia, daremos prosseguimento às discussões pedagógicas, realizando inicialmente uma Análise de Conjuntura da Infância e Adolescência no Brasil, trazendo dados atualizados e problematizando a realidade. Prosseguiremos com reflexões acerca do tema Sexualidade, já que o mesmo apresenta-se como uma demanda emergente no contexto de nossos educadores e educandos. Abordaremos também aspectos relativos ao “Projeto Alimentação Sustentável”.

Posteriormente, estaremos realizando uma avaliação das atividades que estão sendo realizadas e como estão funcionando temas relativos à Educação Ambiental, Rede Nacional de Correspondência, Conselho Deliberativo Participativo, Educação Continuada à Distância, Planejamento e Organização das Atividades Pedagógicas.

Encerraremos propondo novamente uma Ação Multiplicadora para os educadores que estiveram presentes no V Encontro. A Ação Multiplicadora reafirma-se como um desafio para os educadores do Programa, dando continuidade ao processo de formação continuada de todos os educadores, inclusive os que não foram contemplados com a participação presencial no V Encontro.

Objetivo Geral

Promover a troca de experiências entre Educadores, Coordenadores, Representantes de CESABB e Representantes das SUPER/BB sobre os aspectos fundantes do Projeto Político Pedagógico do Programa Integração AABB Comunidade, que viabilizem a construção de alternativas de enfrentamento das demandas emergentes no cotidiano, a partir de estratégias avaliativas da ação pedagógica.

Objetivos Específicos

- Implantar novas visões/aspectos relacionados ao âmbito micro e macro do espaço da ação educativa do Programa Integração AABB Comunidade.
- Resgatar ações educativas que estão sendo desenvolvidas no Programa Integração AABB Comunidade destacando seus desafios e perspectivas com foco na: Educação Continuada a Distância, Projeto Alimentação Sustentável e Educação Ambiental, a partir da troca de experiências.
- Elaborar propostas de multiplicação das atividades vivenciadas no V Encontro de Educadores do Programa Integração AABB Comunidade a partir das demandas locais

Programação

	Manhã	Tarde
1º dia:	Abertura Oficial Apresentação do Site do Programa Vivência com Valter Pini (musicalidade)	Apresentação dos instituidores Apresentação da funcionalidade do sistema de informação
2º dia:	Apresentação e integração	Análise de conjuntura da infância e adolescência no Brasil
3º dia	Sexualidade	Alimentação Sustentável e Educação Ambiental
4º dia	Rede Nacional de Correspondência Conselho Deliberativo Participativo	Educação Continuada a Distância Planejamento Avaliação das Atividades Pedagógicas Plano da Ação Multiplicadora Encerramento

Datas dos Encontros

RECIFE – PE

08 a 11 de Agosto / 2006

BRASÍLIA – DF

22 a 25 de Agosto / 2006

PORTO ALEGRE – RS

19 a 22 de Setembro / 2006

Análise de Conjuntura da Infância e Adolescência no Brasil

Silvestre Rodrigues da Silva¹

*“Eu vivia humilhada, discriminada,
como se eu estivesse pensando que nós crianças...
éramos só para trabalhar...
viver humilhada, eu perdi, perdi minha infância, dignidade...
catar ventos de liberdade para mim...
significa que a gente não vai mais trabalhar,
que a gente tem liberdade, tem educação,
saúde, cultura, o direito de ir à escola, passear...,
e não ficar trancada dentro de uma casa,
trabalhando, sendo discriminada, maltratada...”²*

Karla Roberta, 12 anos

Nas décadas de 80 e 90, cresci ouvindo o discurso, feito por políticos demagogos de plantão nos palanques e entrevistas, por “intelectuais” da época, por artistas, em programas de televisão, e por governantes que o Brasil é o país do futuro. E, melhor ainda, que as crianças e os adolescentes são o futuro do Brasil. Precisamos investir muito em nossas crianças e em nossos adolescentes para que nosso país se desenvolva plenamente como uma sociedade justa e mais humana. O trabalho infantil é uma vergonha nacional e precisa ser eliminado como um compromisso de toda a sociedade!

Já estamos no ano sexto do século XXI, e a situação das crianças e adolescentes pouco mudou ao longo destes 25 anos. Os dados das pesquisas recentes revelam um pequeno avanço, mas a situação referente à infância e adolescência é muito preocupante para toda a sociedade brasileira, razão pela qual proponho como objetivo a análise conjuntural sobre a infância e o trabalho infantil no Brasil. Quero falar que o futuro das crianças e dos adolescentes é agora, é hoje, é já; eles não podem mais esperar o futuro, ou quando o país crescer economicamente para os governantes benevolentes repartirem o bolo, para investir nessa parcela da sociedade. O futuro sustentável de toda a sociedade brasileira é agora e não em um tempo distante, inexistente, inatingível, como sempre promete a elite dominante, mas nunca cumpriu.

Sobre este tema, analisar a conjuntura é fundamental para a ampliação da visão de mundo, tanto do educador quanto do educando, em relação a um determinado assunto, é exatamente ver os fatos e os acontecimentos por diversos ângulos. Portanto, na relação trabalhista entre crianças e adolescentes, o que interessa aos patrões não interessa às crianças e aos adolescentes que estão sendo explorados no trabalho.

É bom lembrar que a exploração do trabalho infantil se dá no seio do sistema capitalista de produção, que gera riqueza por meio do trabalho, seja ele de criança, adolescente ou adulto, só que essa riqueza não chega para todos. É o caso do Brasil, que cresce economicamente, porém a riqueza fica nas mãos de poucos, enquanto a maior parte da população não tem direitos e vive sob condições precárias.

E mais, para fazer uma análise é preciso estar informado, atento, para perceber e apreender os fatos e os acontecimentos de um grupo, de uma comunidade, de uma classe social, de um país, e até do mundo. Nesse caso, a análise é da situação da

¹ Educador Social no Núcleo de Trabalhos Comunitários e graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

² Reflexões feitas por crianças e adolescentes trabalhadores, retirado do Relatório Global 2006 da OIT – Organização Internacional do Trabalho. A eliminação do Trabalho Infantil: Um objetivo ao nosso alcance.

infância e da adolescência brasileira no que diz respeito à violação dos seus direitos fundamentais. Para tanto é preciso partir das partes para o todo, e do todo para as partes, observando os fatos e acontecimentos de maneira crítica, e não de maneira ingênua.

O mais importante nesta análise é identificar os acontecimentos, sejam eles sociais, políticos, econômicos, culturais, que se dão em determinados lugares, que podem ser chamados de cenário, que neste caso, é o Brasil. O cenário apresenta características que influenciam o desenvolvimento da luta dos diferentes atores sociais, que podem ser: indivíduos, classes sociais, comerciais, industriais, sindicatos, igrejas, a mídia, como um conjunto de meios de comunicação. O ator social aqui são as crianças e os adolescentes, vítimas de abuso e exploração do trabalho infantil, que continua muito forte nas cinco regiões do Brasil, apesar de os últimos relatórios nas pesquisas recentes apresentarem indicação de queda e mudança de paradigma sobre esta prática perversa que vem desde o período colonial, mas que precisa ser eliminada como um objetivo de toda sociedade. Como podemos ver nesta análise conjuntural:

“o Brasil é o quinto país em extensão territorial, com cerca de 170 milhões de habitantes, dos quais 61 milhões são crianças e adolescentes de 0 a 17 anos (IBGE – censo 2000). É uma das 13 maiores potências econômicas do planeta, mas continua um país injusto, um Estado onde reina a desigualdade. Basta olhar os números, que chocam ano a ano: enquanto os 20% mais ricos ficam com 63,8% da renda nacional, os 20% mais pobres detêm só 2,5% do total. Investigação procedida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – “Políticas Sociais: acompanhamento e análise” (2000) – mostra que 57 milhões de brasileiros (35% da população) vivem em estado de pobreza, ou seja, possuem renda familiar per capita, por mês, inferior a ½ salário mínimo (menos de 50 dólares). 15% são extremamente pobres e dispõem de menos de 1 dólar por dia para sobreviver” (ACEND, p. 3-4: 2004).

Na avaliação do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, os direitos de mais de 23% das crianças e adolescentes no Brasil (14 milhões) estão sendo completamente negados. São crianças pertencentes a cerca de 9 milhões de famílias brasileiras com uma renda mensal *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo. No Brasil, ainda se encontra 1 milhão de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola; 1,9 milhões de jovens analfabetos; 2,9 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalhando, das quais 220.000 até 14 anos como empregadas domésticas e 45.000 nos lixões (Dados UNICEF, 2003).³ Podemos visualizar tal questão na fala de Severino, no Relatório Global da OIT, em 2006:

“Porque sempre que você é um trabalhador, assim, você não faz o que você quer. Tem que ser na rédea do patrão, do jeito dele, do gosto dele. Desse jeito a gente se perde da gente e passa a viver só a vida deles” (Severino, 15 anos).

A população infanto-juvenil no Brasil, encontra-se na faixa de 5 a 17 anos de idade. As crianças e adolescentes considerados trabalhadores são aqueles que exercem alguma atividade na última semana, sendo ela remunerada ou não.

Encontramos no PNDA a caracterização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que ingressaram no mercado de trabalho no Brasil durante os anos 90. Foram utilizadas as informações contidas na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente aos anos de 1992, 1993, 1995, 1999, 2001, 2002, 2003, e 2004.⁴

³ Dados retirados do Relatório Sobre a Situação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil – ACEND – Fórum DCA 2004.

⁴ A partir do ano de 2004, a PNAD inclui os dados da zona rural dos estados da região Norte. Por essa razão, a partir desse ano a cobertura estatística da pesquisa aumentou, o que não significa, porém, que a incidência do trabalho infantil tenha aumentado.

Contra os abusos à crianças e adolescentes foram aprovadas leis importantes visando à garantia dos direitos sociais, econômicos e democráticos na promoção da cidadania plena como consta na Constituição Federal 1988 (CF: 88 art. 227):

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Estou retomando esses pontos para falar de dois sujeitos de direitos bem definidos (*as crianças e os adolescentes*), e da situação desses atores sociais no Brasil, na condição de trabalhadores. São milhares de crianças e adolescentes que não têm direito à infância, a brincar, a estudar numa escola decente, a um convívio familiar harmonioso, a nenhum direito garantido na lei.

Não é muito difícil entender e ver a situação em que se encontra a maioria das crianças e adolescentes no Brasil neste início de século XXI. A exploração do trabalho infantil⁵ em todo o Brasil é uma realidade que continua a todo vapor, tanto no trabalho informal, o que é mais grave, como no trabalho dito formal, conforme propõe o ECA, que o adolescente pode trabalhar, porém, na condição de aprendiz. Andando pelas ruas da cidade podemos observar no mercado informal crianças e adolescentes vendendo chocolates, doces, salgados, refrigerantes, cervejas, água mineral, (*todos esses produtos são de grandes empresas nacionais e multinacionais famosas que estão no mercado*), e lucram muito com o “*mercado de trabalho dito informal*”. Quem nunca comprou um refrigerante ou uma água mineral andando pela rua?, Ou um chocolate, doces ou balas de uma criança ou adolescente nas ruas da cidade? Ou, no mínimo, um picolé, ou sorvete nos dias de calor? No verão são muito presentes nas praias adolescentes vendendo diversos produtos citados acima para os turistas. As adolescentes são exploradas sexualmente nas cinco regiões brasileiras, principalmente nas capitais onde o turismo sexual nacional e estrangeiro é mais forte, como as capitais nordestinas por exemplo: são denunciados vários casos de exploração e abuso sexual de adolescentes por máfias aliciadoras nacionais e internacionais. Vejamos outra situação:

“Eu mostrei o lado triste das crianças, no trabalho; e o lado feliz, que é brincar” (André, 8 anos. Relatório Global - OIT, 2006).

São crianças e adolescentes que ficam a maior parte do dia nas ruas, nos becos, e fora da escola ou numa escola com qualidade de ensino precária. As crianças e adolescentes ficam pouco tempo na escola, inseridas num sistema de ensino retrógrado e tradicional. Sendo assim, a escola não contribui para uma mudança significativa na vida das crianças e adolescentes, bem como para suas respectivas famílias. Acredito num sistema educacional transformador, que modifique a vida dos educandos promovendo-os a protagonistas da história e não a objetos passíveis de

Portanto, para efeitos de análise deste suplemento, excluem-se os dados da zona rural dos Estados do AC, AM, AP, RO, RR, e PA.

⁵ “Em 2003, na faixa etária entre 5 e 17 anos, havia 12% das crianças e adolescentes trabalhando. Agora são 11,8%. Os dados confirmam o que já sabíamos em 2003: o índice maior de trabalho infantil é na área rural. Há agora uma pequena mudança quanto às regiões. O Sul, com 14, 9% das crianças no mercado de trabalho, superou o Nordeste, que tem 14, 8%. Houve elevação na região Norte, porque esta PNAD coletou informações da área rural que não estavam incluídas nas pesquisas anteriores” (Ibict, trabalho infantil e recentes acontecimentos na política nacional. In Inclusão social, Brasília, v. 1, n. 2, p. 110-112, abr/set. 2006).

manipulações como mão-de-obra barata. Podemos identificar a questão em outro depoimento:

“As crianças e adolescentes que estão no trabalho infantil, fazem isso porque precisam, porque seus pais não têm um trabalho digno. Se as famílias dessas crianças tivessem um salário que permitisse a elas sustentar seus filhos, essas crianças não precisariam trabalhar” (Débora, 15 anos. Relatório Global - OIT, 2006).

Já no interior as crianças e os adolescentes vivem em condições subumanas em relação a direitos garantidos. São os esquecidos. Os invisíveis⁶ da sociedade. Alguns começam a trabalhar muito cedo para ajudar na renda da família, no roçado, limpando mato e cavando buracos, outros são explorados por fazendeiros ricos, que plantam cana, laranja, café, criam gado e outros animais; trabalham ainda, nas carvoarias, nas olarias, fazendo tijolos e telhas, quebrando pedras, nas fabriquetas de fundo de quintal, nos transportes coletivos urbanos como perueiros, enfim numa infinidade de atividades trabalhistas formais e informais em todo o Brasil se encontram crianças e adolescentes.

Veja a situação no relatório da Unicef 2006:

“O Brasil fez importantes avanços nos cuidados com crianças de até 6 anos de idade, tendo o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) subido de 0,61 para 0,67 entre 1999 e 2004. O IDI é composto pelo indicador de escolaridade dos pais, do acesso das mães ao pré-natal, das taxas de imunização e de acesso à pré-escola para crianças de 4 a 6 anos. O índice é voltado para o desenvolvimento nos primeiros seis anos de vida da criança. O Brasil tem hoje 23 milhões de crianças com até 6 anos de idade”.

Como signatário da Declaração do Milênio e do documento “Um mundo para as crianças”, o Brasil se comprometeu a melhorar significativamente seus indicadores em relação à infância. Embora a situação tenha avançado na maioria das áreas, os números ainda são preocupantes. O relatório diz que: *“só será possível melhorar a situação da infância chegando às crianças que são invisíveis, esquecidas e excluídas”*.

As crianças são desassistidas, e os adolescentes explorados no campo e na cidade pelos que têm um maior poder aquisitivo. Sabendo que são poucos os investimentos em políticas públicas, muitas famílias, consideradas de baixa renda se vêem obrigadas a deixarem seus filhos fora da Escola, portanto vulneráveis ao trabalho infantil, obrigados pela necessidade, a começar a trabalhar muito cedo para ajudar na renda familiar. Assim é comum ouvir alguns pais dizerem: “é preciso ganhar a vida e aprender a ser gente logo, para que não sejam ‘preguiçosos’ quando forem adultos”.

Muitas famílias que moram no interior ou nas periferias das grandes cidades colocam as filhas adolescentes para trabalhar como domésticas⁷ nas casas de famílias de alto poder aquisitivo, só que muitas vezes essas adolescentes são exploradas e trabalham em condições precárias, sem nenhum direito trabalhista garantido, isso quando não são enganadas e vão trabalhar como garotas de programas nos bordéis das cidades, sendo exploradas sexualmente.

⁶ Situação da Infância Brasileira em 2006. Tem como tema os meninos e meninas invisíveis e excluídos, aqueles que não foram beneficiados pelos avanços mundiais obtidos nas últimas décadas. www.unicef.org.br – Relatório 2006.

⁷ De todas as formas de trabalho infantil, é o que mais determina distorções entre idade e série. É importante destacar que 90% dos trabalhadores infantis são meninas. Elas freqüentam a escola, mas, como cumprem jornadas intermináveis, não têm tempo para estudar. Quanto mais jovem a menina é submetida ao trabalho infantil doméstico, menor a sua oportunidade de concluir o ensino fundamental. Um dado perverso é que a família que explora o trabalho infantil doméstico se considera como protetora e assim é vista pela sociedade. O trabalho doméstico infantil, em particular, e todas as demais formas de exploração do trabalho infantil são ao mesmo tempo uma consequência e fatores de reprodução da pobreza, da desigualdade e da exclusão social (Cecília Leite de Oliveira - Ibcit), 2006.

Quero salientar que essa situação é violação dos direitos garantidos no ECA⁸, lei que, se estivesse sendo colocada em prática pelo poder público e pela sociedade em geral, não admitiria situação como essa, tantas crianças e adolescentes desassistidos de seus direitos básicos em todo o território nacional. Fica clara a necessidade de uma tomada de decisão das autoridades sobre essas mazelas que ainda persistem em nosso país, como a exploração do trabalho infantil. As crianças e os adolescentes não têm culpa, não podem esperar, precisam de políticas sociais públicas agora, já.

Os adolescentes têm direito ao trabalho, observados os seguintes aspectos:

- A) proibição de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos (art. 7º, CF/Emenda /Constitucional n.º 20, de 16/12/1998 – altera art. 60, do ECA);
- B) respeito a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art.69, ECA);
- C) capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (art.69, ECA);
- D) proibição do trabalho noturno, entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte (art. 7º CF/Emenda Constitucional n.º 20 de 16/12/1998; art. 67 ECA);
- E) garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários ao adolescente aprendiz (art. 65, ECA);
- F) proibição de trabalho perigoso, insalubre e penoso, e aquele realizado em locais prejudiciais a sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, e que não permitam, pelo horário e local, a freqüência à escola (art. 67 ECA).

Veja mais alguns números sobre a infância e adolescência brasileira:

a) Violência sexual

De acordo com dados do Ministério da Justiça, o Brasil registra, por ano, cerca de 50 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Segundo pesquisadores, a estimativa é de que os números oficiais representem apenas 10% do total de casos. Isso porque grande parte das agressões ocorre dentro de casa e portanto, essa violência geralmente não é notificada.

b) A exploração sexual-comercial de crianças e adolescentes

O combate à exploração sexual (comercialmente ou não) de crianças e adolescentes também continua como um grave problema a ser resolvido. São meninas de famílias pobres do interior ou das periferias das cidades que muitas vezes são enganadas por aliciadores que prometem trabalho em casas de famílias, mas na verdade vão explorá-las em bordéis em vários lugares do país. O número de denúncias de casos de violência sexual infanto-juvenil cresce a cada ano, fruto de campanhas de conscientização e da implantação de serviços de disque denúncias. Até janeiro de 2003, foram contabilizadas 4.893 denúncias de abuso e exploração sexual em todo o Brasil. Desde maio de 2003, o Serviço é gerido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que somou, até maio de 2005, cerca de 10 mil denúncias.

c) Crianças e adolescentes explorados no narcotráfico ou no narcoplantio

É uma outra triste realidade brasileira, e as ações existentes não têm tido efetividade. No caso do tráfico de drogas, por exemplo: tem aumentado o número de mortes de jovens e diminuído a idade daqueles que são aliciados pelo crime

⁸ O art. 7º inciso XXXIII, da Constituição, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 16/12/1998, assim disciplina o trabalho de menores: “proibido trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

organizado. As crianças e os adolescentes são explorados pelos traficantes adultos para realizar o trabalho sujo no tráfico de drogas. Para eliminação de todas essas formas, é necessário que novas estratégias sejam definidas e fundadas em uma articulação entre o governo e a sociedade civil. É fundamental a criação de uma rede de proteção que olhe as crianças e adolescentes retirados da exploração sexual, pois, sem dúvida, as medidas de prevenção serão sempre mais eficazes.

d) A criança indígena

Os índios, que já estavam aqui muito antes do homem branco, há mais de 500 anos, foram expulsos de suas terras e dizimados por conflitos e doenças. Além de perder seus lares e famílias, essas crianças indígenas também estão vendo desaparecer sua cultura. Na década de 1990, a população indígena cresceu quase seis vezes mais que a população brasileira em geral. Mas, segundo o IBGE, isso não indica necessariamente que os índios estão vivendo mais e melhor. O aumento pode ter ocorrido em razão da migração de povos estrangeiros e ao fato de os indígenas, que antes tinham medo ou vergonha de assumir sua etnia, terem passado a valorizá-la. Esse povo tem os maiores índices de desnutrição e mortalidade infantil entre os índios brasileiros. No último censo do IBGE, apenas 1,4% das pessoas disse seguir os costumes indígenas tradicionais. É um número muito baixo, que mostra como essa cultura está perdendo força a cada dia (fonte: IBGE, 2000).

e) Violência doméstica

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é outra mazela presente na sociedade brasileira. É a violência velada, existe um mundo dos adultos que ainda é bastante agressivo com as crianças. Mas essa violência tem sua forma de expressão, que nem sempre deixa aparecer marcas físicas, é aquela violência que, sutil e veladamente, vai arrastando para o caos as resistências de meninos e meninas, abrindo feridas profundas nos corações infantis, com poucas chances de cicatrização. O gesto e o olhar simbólico dos adultos dentro das próprias casas revelam uma posição de poder autoritário que determina a posição e o lugar onde a criança e o adolescente têm que ficar, o lugar que ocupam na família. Eles vão aprendendo nessa cultura familiar, a ser pessoas violentas, quando são espancados, humilhados, feridos, agredidos pelos pais, que batem para que os filhos não os perturbem, não os incomodem.

f) A taxa de mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores que, ao ser considerado de maneira histórica, mostra os importantes avanços ocorridos. Usada como indicador básico de desenvolvimento humano, a taxa de mortalidade infantil, número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida para cada mil nascidos vivos, e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, também chamada de taxa de mortalidade na infância, revelam muito sobre as condições de vida e assistência de saúde em um país. Em 1980, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada 1000 crianças nascidas, 82,8 morriam antes de completarem 1 ano de vida. Em 2004, ano da estimativa mais recente, o índice de mortes diminuiu para 26,6. No período de 1994 a 2004, houve uma queda de 32,6%, chegando a 26,6 por mil nascidos vivos.

Uma comparação feita pelo UNICEF em 2005 revelou que o Brasil tem a terceira maior taxa da América do Sul, atrás da Bolívia e Guiana.

Do ponto de vista geográfico, a Região Nordeste é a mais vulnerável do Brasil quanto à mortalidade infantil. Sua taxa equivale a mais que o dobro das taxas verificadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. As taxas de mortalidade infantil diferem também dentro de uma mesma região, de acordo com o grupo social. Em nível nacional, a taxa

relativa aos 20% mais pobres era mais que o dobro da taxa dos 20% mais ricos em 2000.

A raça é outro fator determinante. Entre os filhos de mulheres brancas, em 2000, a taxa de mortalidade infantil era 39% menor que entre os filhos de mulheres negras e 75,6% menor que entre filhos de mulheres índias.

g) Os acidentes e a violência

Na década de 1980, os acidentes e a violência, classificados internacionalmente como causas externas, destacaram-se como a principal causa de óbitos de crianças de até 9 anos de idade. De 1996 a 2003, eles foram responsáveis por 12,11% das mortes de meninos e meninas de 1 a 6 anos, segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

h) A desnutrição infantil

A desnutrição infantil é um problema de dimensões alarmantes em boa parte do mundo. Associada à pobreza e à desigualdade social, é um expressivo fator de mortalidade de crianças nos países em desenvolvimento, apesar dos esforços realizados nas últimas décadas para reduzir esse índice. A proporção de crianças com baixo peso para a idade, principal indicador utilizado no Brasil, era de 18,4% em 1974, caiu para 7% em 1989 e chegou a 5,7% em 1996. Esta última porcentagem é muito menor que a média estimada pela OMS para a Ásia (32,8%) e a África (27,9%) na mesma época, e também menor que a média da América Latina (8,3%), porém é maior que os índices apresentados pelos países desenvolvidos, que são próximos de 1%. A diminuição do número de casos de desnutrição infantil não significa que o problema esteja sob controle no país. Um dos pontos que merecem atenção é a forma como os casos de desnutrição infantil estão distribuídos pelo país.

i) Dados sobre a educação de crianças e adolescentes

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) relativos a 2004, e levando-se em conta a população segundo o Censo 2003, 55,1% das crianças de 4 a 6 anos estavam na pré-escola, segundo a síntese de indicadores sociais; dos 20% mais pobres do país apenas 28,9% de meninos e meninas de 6 anos freqüentam estabelecimentos de ensino. Já no grupo dos 20% mais ricos, mais da metade das crianças dessa faixa etária está na escola. Quando se avalia a etnia, a mais prejudicada é a indígena. De acordo com dados do censo, 3,9% das crianças indígenas na faixa etária de até 3 anos está na escola. As crianças de origem asiática são as mais atendidas (15,2% do total de meninos e meninas dessa etnia). A discrepância entre as taxas de atendimento a brancos (10,3%), negros (9,5%) e pardos (8,3%) é menos significativa.

j) O registro de nascimento

No Brasil é um problema que vem ganhando visibilidade desde a década de 1990, em debates e campanhas nacionais de conscientização. O grande número de crianças não registradas é um empecilho para conhecer a situação real da infância no país e criar ações e programas voltados para essa parcela da população. A falta do registro civil agrava ainda questões como tráfico de crianças e o trabalho infantil, pois, sem comprovação legal da existência de cada criança, é mais difícil enfrentar esses problemas. Segundo estimativas do (IBGE), com base em dados apurados até 2003, a cada ano quase 750 mil crianças brasileiras, mais de um quinto do total de recém-nascidos, completam o primeiro ano de vida sem ter sido registradas e sem ter um

documento no qual conste seu nome e nome de seus pais. De 1993 a 2003, conforme estimativas do IBGE, o sub-registro se manteve entre 20% e 30% no Brasil.⁹

O Programa Integração AABB Comunidade é um Programa muito importante que surgiu nessa conjuntura social com objetivo de contribuir para inclusão e promoção social de crianças e adolescentes em todo o território nacional, atendendo 52.833 estudantes da rede pública de ensino ou em situação de risco pessoal e social, os mesmos participam de atividades de complementação escolar no mínimo três vezes por semana com quatro horas diárias. O Programa Integração AABB Comunidade é uma experiência importante, mostrando que é possível reverter a situação de milhares de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos.

Enfim, as crianças e os adolescentes querem seu futuro agora, ou o Brasil estará sem futuro.

Referências Bibliográficas

ACEND – Associação Nacional dos centros de Defesa da Criança e do Adolescente – Relatório Sobre a Situação dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004.

CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) – Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção integral à infância e à Adolescência, 2001 – 2005.

CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) – VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente com o tema “Participação, Controle social e Garantia de Direitos – Por uma Política para a Criança e o Adolescente”, 2005.

CECÍLIA, Leite. O. (2006) Ibict, trabalho infantil e recentes acontecimentos na política nacional. In Entrevista. Inclusão Social, Brasília, v.1, n. 2, p. 110-112.

CF 88 - Constituição Federal de 1988

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

Pacto pela Paz (2002). IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: propostas aprovadas nas plenárias.

UNICEF (2006) Relatório da Infância Brasileira.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Relatório Global 2006 – A Eliminação do Trabalho Infantil: um objetivo ao nosso alcance.

⁹ Fonte: Relatório UNICEF “Situação da Infância Brasileira 2006” e ANDI.

“Da invisibilidade social à concretude de ser no mundo um cidadão consciente de seu papel na história”

Prof^a Dr^a Maria Stela Santos Graciani¹⁰

Seria impossível negar ou mesmo subestimar as profundas mudanças que o advento da modernidade produziu na condição humana. Essa transição afetou os mais variados aspectos de nossas vidas. Nossa função enquanto educadores sociais é a de despertar a autoconsciência, a compreensão e a responsabilidade individual e coletiva a fim de promover a autonomia e a liberdade, explicitando os termos e as categorias dessa nova conjuntura, permitindo entender como o mundo funciona, para que possamos nele atuar, com compromisso, ética e crítica sociopolítica e econômica, numa totalidade, em condições cambiantes da vida social e política.

Nessa mudança profunda estamos reféns de imensas desigualdades, de ausência de perspectivas e das diferenças e contradições sociais. Estamos diante de fatos e acontecimentos desencadeados por atores sociais individuais, coletivos, institucionais, públicos ou privados, que consolidam retratos históricos, unidos por um perfil similar, no qual a vítima é o miserável, o excluído, o empobrecido. Histórias de um povo submetido a um sistema jurídico, uma polícia, e políticas públicas voltadas para a manutenção da ordem, por meio do controle e repressão de guetos pobres, negros e marginalidade, tanto da zona urbana quanto do campo.

O Brasil tem sido considerado um dos países mais violentos do mundo, não só em violências simbólicas (como preconceito, discriminação, xenofobia, desigualdade, intolerância, dentre outras) como também na violência policial. Por exemplo, no Rio de Janeiro, são mortas 2 pessoas por dia, e em São Paulo, também. Nas regiões metropolitanas 12,8% da população economicamente ativa está desempregada, 10% dos mais ricos abocanham 51,3% do PIB (Produto interno bruto) e 40% dos mais pobres ficam com somente 7%, de acordo com o Banco Mundial¹¹.

Há uma desintegração da rede social, a derrocada qualitativa das agências educativas, de assistência social, de atendimento à saúde, como ação política coletiva, advinda do modelo neoliberal e da globalização, enquanto paradigma contemporâneo do Estado e da Sociedade Civil, cuja ideologia se baseia no consumismo, individualismo e competição.

São as crianças e os adolescentes as vítimas desse sistema, sobre as quais a invisibilidade humana, enquanto violência suprema, incide, maltratando-as em sua sobrevivência e subsistência pessoal ou coletiva, em todas as agências socializadoras da sociedade contemporânea, ou seja, a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação de massa, a comunidade onde vivem, o grupo a que pertencem, enfim, todo tipo de convivência humana. Isso tem gerado, direta ou indiretamente, os viciados em crack, a introdução no crime organizado (gangues), as mães precoces, os adolescentes em conflito com a lei, as vítimas de maus tratos na família e na escola, a escravização pelo trabalho infantil, os garotos em serviços sexuais de prostituição infantil, ou ainda, os que vivem nas ruas das cidades.

Essas crianças e adolescentes, anônimos entre milhões e milhões, passam despercebidos em todos os lugares. Não se sentem pertencentes a nada, ou dentro da preocupação de pessoas ou instituições. Só se tornam visíveis quando agridem ou matam, roubam ou furtam, ou quando se autodestroem.

Vamos entender como processo de invisibilidade, aquele que se revela nas situações em que os seres humanos – no caso, crianças e adolescentes – sentem-se como invisíveis, não pertencentes àquele agrupamento ou rejeitados pelo grupo do qual fazem parte: a família, a escola, a vizinhança, por exemplo.

¹⁰ Professora Doutora em Ciências Sociais e Educação da PUC/SP e Coordenadora Geral do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP.

¹¹ Direitos Humanos no Brasil 2003 – Relatório Anual Centro de Justiça Global – Fundação Ford – Rio de Janeiro – 2004 pag. 11

A maioria das crianças, adolescentes e jovens expressam de inúmeras maneiras esse grito sufocado pelo ambiente em que vivem, onde o “eu existo”, “eu estou aqui”, “eu pertencço a este agrupamento” quer exigir, reivindicar o direito de estabelecer a relação de pertencer ao mundo, às pessoas, ao meio ambiente, aos grupos: educadores, família e comunidade. Compartilhar com o outro representa um valor supremo, seja a fome, a desilusão, um sucesso, uma tragédia, ou a composição de uma criação. Querem mostrar, expressar-se, seja por um ato heróico ou uma agressão realizada, pois é do outro que se aúfere o valor que se dá para uma ou outra ação. É o prazer da criação humana que realiza o encantamento de escrever uma música, de criar uma coreografia, de vencer um concurso de natação, viver um papel no teatro, ou mesmo fazer uma dobradura de papel. Ações individuais ou de equipe são razões de viver.

A violência da invisibilidade tem se caracterizado por muitas formas e jeitos de ser: por crianças e famílias que vivem de lixo, pessoas que moram nas sarjetas, jovens que tomam banho em bueiros ou chafarizes das praças, gente que faz carreto, puxa carroças, meninas prostituídas na beira das praias, meninos que cortam cana ou trabalham no sisal, nas carvoarias, além de meninas que dão à luz outras meninas quase de sua própria idade. Esse é o grande cenário constituído pela ganância, pelo lucro e pela usura dos homens.

O território nacional se apresenta com uma geografia diversificada, onde o acolhimento dos seres humanos nem sempre é amável, como a seca avassaladora, o trânsito violento, a falta de espaço urbano para morar, onde as famílias não se sentem percebidas pelos proprietários das terras, dos carros e das mansões. Sentem-se invisíveis quando enfrentam as imensas filas dos hospitais, a falta de vagas nas escolas, a espera do ônibus lotado, quando buscam um trabalho ou quando moram em lugares sem esgoto ou saneamento básico.

Essa invisibilidade social, que se alastra e se propaga rapidamente, traz conseqüências terríveis para todos, como assaltos, seqüestros, massacres, chacinas, rebeliões nas prisões etc., colocando em pânico todos os cidadãos, que se sentem totalmente desorientados diante de tal violência conjuntural, dadas as causas estruturais mal resolvidas. Aos ricos cabe viver entre os muros, câmaras de segurança, carros blindados, e condomínios fechados.

A invisibilidade leva pessoas a gestos extremados, como tentativas de suicídio pela incapacidade de enxergar perspectivas de ter um sonho realizado, uma expectativa alcançada, de ser acolhidas, vistas e aceitas.

É nas entranhas de programas preventivos promocionais e de proteção, como este de que estamos participando – Programa Integração AABB Comunidade – que a expressão de resistência se instaura; é na concretização da luta pedagógica que se redescobrem os horizontes e as utopias e, na efetivação de contribuir com novas políticas públicas inovadoras de complementaridade escolar que se vê a possibilidade de o sonho sonhado se realizar no coletivo, em cada canto e lugar.

Esse corpo forte será capaz de realizar ações preventivas, uma vez que chega antes de as pessoas se sentirem invisíveis, pelo aconchego, pela amorosidade e pelo afeto dos pais, educadores e comunidade. Será capaz de efetivar ações promocionais, uma vez que busca a visibilidade cidadã da criança, do adolescente e de sua família, na medida em que exige que o sistema de direitos básicos seja efetivado. Será capaz de executar ações protetivas na medida em que enxerga o ser humano em todas as suas dimensões existenciais e se compromete a reivindicar todas as políticas públicas necessárias para o seu bem estar integral e para sua qualidade de vida plena, justa e solidária, além de contribuir para a construção de um país em que o respeito aos direitos humanos faça parte da cultura.

O que fazer de nossos corpos?

O educador e a Sexualidade no Programa Integração AABBComunidade

Marcio Leopoldo Gomes Bandeira¹²

Certamente não devem ser raras as situações em que a sexualidade se inscreve no dia-a-dia do Programa Integração AABBComunidade. Para além das mensagens escritas nas paredes dos banheiros, dos palavrões que roubam a escuta, das paródias de duplo sentido que erotizam as canções e conquistam os risos maliciosos, a sexualidade transita pelo clube cravada nos corpos de educandos e educadores.

Houve um tempo em que pensar em sexualidade significava reduzi-la unicamente a seus aspectos biológicos e psíquicos. Hoje, no entanto, sabemos que a sexualidade é mais que isso. Ela é uma instituição psico-bio-social que problematiza os corpos e suas relações, contextualizando-os histórica e culturalmente. Temos medo de suas irrupções cotidianas. Em torno dela, espreitamos perigos quase inomináveis. A sexualidade mobiliza nossas preocupações porque não sabemos o que fazer com nossos corpos e com o fato de que eles sentem e se afetam mutuamente.

Na tentativa de escapar aos seus supostos perigos, tentamos banir a sexualidade dos espaços educativos como se conjugá-la com a educação fosse algo imponderável. Instauramos a sexualidade num território de selvageria instintiva enquanto contrapomos a ela, a civilidade normativa do ato educativo. Contudo, não obstante o desejo de situarmos sexualidade e educação em terrenos opostos e contraditórios, nossos corpos continuam a se encontrar, desejando, aprendendo e ensinando ao mesmo tempo.

A educação sexual começa junto ao nosso nascimento. Desde cedo somos educados segundo um conjunto de valores e atitudes em relação aos nossos corpos e aos corpos dos outros. A família é um lócus privilegiado desse aprendizado que se estende por toda a vida. Mas há outras influências nessa trajetória educativa que passam pela escola, pela mídia, pelos grupos religiosos, pelas comunidades de pertencimento em que vamos construindo formas particulares de lidar com o desejo, o prazer e o corpo.

Ao abarcar a temática no Programa, é imprescindível levar em consideração que cada educando trás consigo uma história em que se produziu uma sexualidade singular. Diante da heterogeneidade de valores e crenças em torno da sexualidade que constituem os grupos de trabalho, cabe aos educadores pensarem em alguns princípios norteadores das práticas relativas a questão. Não se trata de constituir um receituário de condutas para lidar com a sexualidade dos educandos, mas de levantar alguns critérios relevantes que sirvam a nossas ações.

O papel do educador frente ao tema da sexualidade deve ter como ponto de partida a problematização das questões trazidas pelos educandos. Para tanto, é preciso suspender os julgamentos e flexibilizar nossos próprios valores. Em ações planejadas e sistemáticas, cabe aos educadores esclarecer dúvidas, colocar em questão os preconceitos, abalar as verdades absolutas, possibilitar o tratamento e a elaboração de informações obtidas por diferentes fontes e confrontar diferentes pontos-de-vista sobre os assuntos abordados.

Nada disso será possível se o educador não se dispuser a expandir suas interpretações e relativizar seus sistemas de valores; se não interrogar as maneiras de lidar com o seu próprio corpo, seus desejos e prazeres. É papel do educador ampliar os saberes sobre a diversidade de valores que recaem sobre a sexualidade, permitindo

¹² Mestre em História Social pela PUC/SP, educador social do NTC-PUC/SP e formador de educadores do Programa Integração AABBComunidade.

aos educandos que discutam, opinem e construam autonomamente suas interpretações e sejam coerentes com os valores que elegerem como seus.

Cabe-nos mostrar que existem múltiplos comportamentos sexuais e que, para além dos aspectos reprodutivos, a sexualidade relaciona-se, sobretudo, com a busca pelo prazer. Não existe uma única maneira de viver a sexualidade e as diferentes condutas devem ser respeitadas, desde que não violem a integridade e dignidade física de outros corpos.

O tratamento do tema no Programa não deve ter caráter terapêutico, mas pedagógico. A abordagem não deve basear-se em aconselhamento individual, mas na investigação coletiva de questões que emergem da realidade vivida e que, inquietantes, mobilizam a vontade de saber do grupo. Numa perspectiva interdisciplinar, deve-se levar em consideração as múltiplas facetas da sexualidade, investigando não somente seus aspectos biológicos, como também suas dimensões sócio-culturais.

O trabalho precisa nortear-se pelo respeito a si mesmo e a intimidade do outro, mas também pela valorização da busca do prazer como algo legítimo e inerente ao ser humano, favorecendo assim a auto-estima e o exercício responsável da autonomia sobre o corpo e sua sexualidade.

A discussão sobre o tema da sexualidade não exige a condução de um especialista. É importante que o educador se veja como um pesquisador do assunto e um mediador de investigações, colocando-se como um interlocutor confiável e significativo durante todo o processo.

Cumpramos fugirmos de posturas moralizantes que impeçam o exercício do pensamento e da crítica. Soma-se a isso a realização de contratos coletivos que reconheçam o direito a descoberta do próprio corpo, considerando as fronteiras entre o espaço público e o privado.

Três eixos podem ser considerados fundamentais na investigação temática da sexualidade: o corpo em seus aspectos biológicos e culturais, as relações de gêneros e a construção das identidades sexuais e o incentivo a posturas preventivas frente às doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS.

Em relação ao corpo, não basta tratá-lo como um organismo vivo. É preciso abordá-lo e suas sensações, sentimentos, transformações, cuidados e representações sociais. Quanto às relações de gênero, se faz necessário a problematização das desigualdades entre homens e mulheres e o questionamento da noção de que esses papéis são naturais, evidenciando que “ser homem” e “ser mulher” são formas de subjetivação historicamente construídas e que, portanto, variam de cultura para cultura.

Da mesma forma, não existe uma heterossexualidade natural em oposição a uma homossexualidade anormal, pois as identidades sexuais também são invenções humanas, maneiras de instituir valorações sobre as relações sexuais travadas entre os corpos. Por último, quanto à abordagem das DST/AIDS, cabe ao educador promover atitudes preventivas, desmistificando preconceitos e auxiliando na elaboração das informações.

Há um longo caminho a ser trilhado na tentativa de estabelecer um processo de educação sexual no Programa Integração AABB Comunidade, que prime pelo antiautoritarismo e pela vivência partilhada das experiências. Contudo, o início de um projeto político-pedagógico democrático sobre o tema se inicia pelo enfrentamento da questão e pela disponibilidade em lidar com os conflitos. Aos poucos iremos, juntos, inventando novas formas de nos relacionarmos em que o corpo não seja um suplício, mas o palco de uma grande festa.

A educação socioambiental libertadora como um instrumento de construção de novos projetos societários.

Antonia Marcia Araújo Guerra Urquizo Valdivia¹³

*"As formações ideológicas que cobrem o terreno
Ambiental geram práticas discursivas...
ao propor a responsabilidade compartilhada
de 'todos os homens que viajam na nave terra',
encobrem, sob o véu unitário do sujeito do enunciado,
as relações de poder e de exploração, fonte de desigualdades
entre os companheiros de viagem."
Enrique Leff*

O Projeto Político Pedagógico do Programa Integração AABB Comunidade está baseado na concepção histórica, materialista e dialética¹⁴, categorias fundantes da educação social libertadora que Paulo Freire discute, não apenas em suas obras literárias, mas também nos deixando um incomensurável legado de suas experiências de intervenções sociais, acadêmicas e políticas.

No processo de construção deste programa percebe-se um esforço ideológico de um novo paradigma de sociedade, relacionando à ação educativa as políticas públicas, ou seja, a lógica ideológica burguesa atribuída perversamente ao DC - desenvolvimento de comunidade, que concebe as comunidades locais subdesenvolvidas ante a teoria do desenvolvimento industrial. Portanto, essa idéia sofre um processo de ruptura, pois as estruturas macro do Estado devem ser mudadas para garantir a qualidade de vida dos excluídos do sistema capitalista grupo gerado pela desigualdade social, que se expressa do bojo dos conflitos sociais, advinda a galope como resposta de uma classe social sobre a outra, ou, melhor dizendo, de uma parcela social que detém os meios de produção sobre a outra parcela social, *que vive do próprio trabalho*¹⁵ quando vende sua força de trabalho.

Essa introdução mostra que a intencionalidade do programa não é reproduzir os discursos e nem, muito menos, a prática mantenedora da concepção tradicional de educação; ao contrário, demonstra novas possibilidades de diálogo que objetive o enfrentamento dos diversos problemas e situações vexatórias a que freqüentemente estamos submetidos.

Neste sentido vamos dialogar se a educação de maneira geral vem se realizando num contexto articulado e integrado, levando em consideração as diversas expressões da questão social, e como podemos identificá-las pelos direitos que são violados, tais como, violência urbana; abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; trabalho infantil; machismo; fome; poluição das águas; queimadas da flora; extinção da fauna; falta de aterro sanitário; escassez de água doce; corrupção do dinheiro público; ausência de saneamento ambiental; enchentes; indução e ocupação de área de manancial, entre outras mazelas conhecidas por todos nós que ocupamos os territórios geopolíticos.

Portanto, é complexa a discussão de educação, principalmente quando esta é socioambiental, porque envolve um dever ético do educador social de desvelar as causas geradoras de tantos conflitos e de tantas violações dos direitos sociais e

¹³ Ambientalista atuante pela preservação e democratização das águas, Assessora Técnica do Projeto Olhos N'água, Educadora Social do Núcleo de Trabalhos Comunitários - PUC/SP, Assistente Social, pesquisadora do Núcleo de Educação Social e Meio Ambiente e especialista em geoprocessamento ambiental.

¹⁴ Categorias fundantes do pensamento de Karl Marx.

¹⁵ Ver Ricardo Antunes

ambientais, tarefa não muito fácil, se resgatarmos o nosso processo de educação formal, que passou pelo prisma ideológico ditatorial, com ênfase no individualismo humano e no distanciamento e polarização entre os aspectos sociais e os ambientais. É daí que acredito que venha o desafio de avaliar continuamente nossa prática político-pedagógica, relacionando-a com um novo projeto societário, capaz de dar respostas significativas às questões que nos afligem na sociedade.

No campo dos conflitos sociais perdemos muitas vezes a noção da estruturação do sistema capitalista, ao afirmarmos que existe uma questão ambiental, quando, na realidade, ela é apenas uma expressão da questão social, que se expressa pela luta e pelo confronto dos interesses da sociedade. Esses conflitos são estabelecidos na relação dos movimentos sociais reivindicatórios que lutam pela proteção ambiental, dos movimentos populares que acirram a luta pela canalização e tratamento do esgoto, pelos madeireiros internacionais que se organizam pela expropriação de nossas árvores, pelos técnicos falaciosos que vendem sua assinatura num processo de licenciamento ambiental, pela presença omissa do Estado, que não assegura as políticas públicas como resposta de efetivação dos direitos sociais e ambientais.

E nesse argumento não podemos deixar de nos lembrar do valor e da importância da dignidade humana de alguém que se comprometeu com um projeto societário e articulou, politizou, mobilizou e interveio junto com seu povo, num momento ímpar no processo de redemocratização do Brasil, acrescido da fé esperançosa de que os direitos sociais fossem integrados aos direitos ambientais. A histórica luta desse povo teve por finalidade a garantia da cultura nativa, das trilhas pelas matas, dos banhos de rios e de cachoeiras, e, assim, nos ensinou que temos que respeitar e cuidar das nossas águas, plantas e animais, não porque deles precisamos para nossa sobrevivência, mas porque esse universo compõe a comunidade de vida do planeta Terra. Salve! Chico Mendes, pela bandeira de luta e de luto que sensibilizou para uma nova concepção de educação que entrelaçasse o social e o ambiental. Acreditamos que esse exemplo histórico represente a configuração dos conflitos sociais e econômicos em relação ao meio ambiente, e, nesse sentido, podemos lembrar que os interesses econômicos se sobrepujaram aos interesses ambientais, o nosso líder ambientalista não morreu de susto do curupira, foi brutalmente assassinado a mando das forças que detêm o poder econômico com a bênção da negligência dos governantes do nosso Estado brasileiro.

Para as educadoras e educadores do Programa, esse tipo de denúncia faz parte do cotidiano, quando encaram em seus municípios problemas relacionados à violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente e dos direitos ambientais, que são feridos pela caça predatória aos animais silvestres e pela ausência da água potável para todos os cidadãos como um direito social que deve ser assegurado obrigatoriamente. Esses educadores, em alguns casos, são vistos como inimigos e não como aliados, por serem pessoas que lutam pelos direitos humanos e acreditam nas possibilidades de transformações construídas coletivamente dentro do programa. E o que é mais grave é que esse tipo de julgamento perverso muitas vezes é feito por aqueles e aquelas que deveriam exercer no âmbito municipal o cuidado com os direitos humanos e com o meio ambiente sustentável.

Um exemplo disso ocorreu durante o Encontro das Águas que estávamos realizando com os educadores e as educadoras sociais do Programa Integração AABB Comunidade, quando uma das integrantes me perguntou: como eu faço para ser uma ambientalista, assim como você? Confesso ter ficado desconcertada, pois aquela educadora trazia em sua bagagem pessoal, profissional e social um diferencial que era exatamente um recorte temático socioambiental, com base no conhecimento teórico crítico, na prática educativa recheada de compromisso social, na participação social junto aos canais democráticos (fóruns, seminários, conferências, comitês de bacias

hidrográficas, conselhos, grupos de trabalhos, etc), bem como em suas investidas junto à municipalidade para redimensionar as políticas públicas necessárias, tendo como principal indicador a universalidade destas políticas. Lembro-me até hoje de que fiquei calada em busca, não de uma resposta, mas de um modo de me expressar para que ela entendesse o valor socioambiental de seu trabalho. Então, recorri a meu santo querido que é padroeiro do Ceará - Sr. São José. Assegurei que ela já era uma grande militante dos direitos humanos e ambientais, por compreender que os direitos humanos são inerentes aos direitos ambientais, pois não dá para sequer pensar no que ocorrerá com a raça humana, se não tivermos água para beber, ar para respirar, solo para plantar, pássaros para com eles conversar. Enfim, acredito que todos os educadores e educadoras do programa já compõem a comunidade dos direitos humanos, já integram as lutas ambientais em prol da democratização das águas e preservação da biodiversidade.

Portanto, quando falamos da educação socioambiental libertadora como um instrumento de construção de novos projetos societários, estamos fazendo um esforço de sistematização de nossas práticas educativas, de nosso cotidiano, que se realizam pela implementação do Projeto Político Pedagógico do Programa Integração AABB Comunidade com base em duas esferas que podemos chamar de gestão micro e gestão macro do programa.

A Gestão Micro é aquela que acontece em nossas atividades pedagógicas junto com os educandos, ao fazermos oficinas e outras atividades pedagógicas com as famílias nas reuniões de pais e responsáveis, nas festas, nos jogos internos com os educandos do próprio programa, entre outras importantes realizações. A Gestão Macro é aquela que se configura no caráter municipal, Estadual, regional, nacional e até internacional, e esta nós já fazemos, de alguma maneira, quando participamos das discussões do plano de recursos hídricos regionais, dos subcomitês das bacias hidrográficas, enfim, quando lutamos pela política pública de qualidade e até mesmo quando fazemos uma atividade envolvendo sócios da AABB.

Esses níveis de gestões são inerentes ao Projeto Político Pedagógico do Programa Integração AABB Comunidade quando tem como principal articulador o Conselho Deliberativo do programa, que agrega diversos atores sociais importantes para a integralidade das ações. Portanto, a participação efetiva do Conselho é um instrumento de articulação da gestão micro com a gestão macro, para que coletivamente possamos construir novos projetos societários, levando em consideração os programas socioambientais que deram certo, como um indicador de implantação e implementação de políticas públicas socioambientais que assegurem a biodiversidade terrestre.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo (org.) – Dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels – Editora Expressão Popular – São Paulo, 2005.
- BOFF, L. – Saber Cuidar – Ed. Vozes – Petrópolis, 2000.
- LEFF, E. – Epistemologia Ambiental, Cortez – São Paulo, 2000.
- FREIRE, Paulo. – Pedagogia da Autonomia – Editora Paz e Terra, 15ª ED., 1997.
- SORENTINO, M, e outros. – Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade – Editora EDUC, Sao Paulo, 2002.

O conceito de alimentação pode ser definido, segundo o dicionário Aurélio: “Alimentação: ato ou efeito de alimentar-se, conjunto das substâncias de que um indivíduo costuma alimentar-se.”¹⁷

A alimentação ao longo do ciclo do desenvolvimento humano é realizada de diversas maneiras, criando hábitos que são adquiridos por cada nação, cada região, cada tradição familiar e pelo indivíduo.

Um bebê, quando nasce, apresenta seus órgãos internos ainda em formação, exigindo como alimentos líquidos salutaros: o leite materno, que contém muitos nutrientes e vitaminas, e a água, eterna fonte de hidratação.

O homo-sapiens¹⁸, ou seja, o homem sábio de sabedoria é o único animal que não sobrevive sozinho em seu reinado, necessitando de outro ser humano que execute cuidados essenciais para que sobreviva e se humanize: higienização, alimentação, ninar para dormir, interações sociais etc... O cuidador tem a tarefa de escolher quais alimentos irá introduzir na dieta do nascituro.

A “escolha do que comer” parece tarefa fácil, porém os sábios dirão que os maiores conflitos da humanidade estão nas questões óbvias.

Alguns afirmarão que é fácil escolher o que comer: privilegiar verduras, legumes, carnes, frutas, grãos, temperos e bem equilibrá-los.

Outros argumentarão que muitos milhões de pessoas no mundo e no Brasil passam fome e que, portanto, perderam o poder de escolher o que comer, devendo saciar-se com qualquer nutriente.

Já um outro setor da sociedade, aqueles que apresentam problemas de saúde, dirão que estão proibidos de se alimentar livremente, pois determinadas substâncias advindas de alguns alimentos lhes fazem mal.

Contraditoriamente, aqueles que têm profissões como as de modelo, atleta, artista, não podem comer tudo o que desejam, pois seu trabalho depende de seu biotipo, tamanho corporal e estética, e determinados hábitos alimentares favorecem ganho muscular ou de gordura localizada: chocolate, doces, refrigerantes e carboidratos.

Algumas religiões também orientam em relação à ingestão de alimentos, sua escolha, regularidade, abstenção, penitências e sacrifícios (jejuns).

A Igreja Messiânica propõe uma agricultura sem adubos químicos e agrotóxicos e estimula os fiéis a se educarem numa alimentação mais natural, que possua mais energia vital, como verduras e legumes frescos, evitando a comida industrializada ou pré-pronta que contenha muita química e conservante.

Os servidores da religião Hare-Krishna, bem como os praticantes de Yoga ou os vegetarianos ortodoxos são radicalmente contra a alimentação carnívora e seguem o seguinte princípio: “não comer nenhum bicho morto”, e isso inclui seus derivados como os ovos da galinha, o leite da vaca ou os queijos de cabra.

Para os adeptos da alimentação macrobiótica, os bons nutrientes de uma alimentação balanceada advêm dos grãos. Enfim, existem muitos critérios que podem ser levados em consideração na escolha da alimentação e no padrão de consumo dos alimentos, seja a herança cultural, o costume familiar, o acesso econômico, a falta de oferta, a propaganda, os princípios ideológicos, religiosos, as crenças, doenças,

¹⁶ Psicóloga, Educadora Social, Coordenadora do Projeto Ônibus Ludicidade e Baú Encantado pelo NTC da PUC/SP e Mestranda em Gerontologia pela PUC/SP.

¹⁷ Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Aurélio, Ed. Nova Fronteira, 2000.

¹⁸ Conceito que nomeia a qualificação humana, diante dos outros animais.

exigências estéticas, padrões de beleza ou até mesmo a escolha consciente da reeducação alimentar.

O desafio da reeducação alimentar consiste no processo de equilibrar o desejo de comer substâncias com poucos nutrientes e muitas toxinas associando-os à maximização de uma alimentação balanceada, natural, rica em vitaminas e sais minerais.

Esse novo padrão de consumo alimentar exige uma mudança de paradigma: ao invés de uma alimentação exclusivamente pautada nos desejos internos (ex.: comer uma caixa de bombons), é preciso ponderá-los de acordo com os princípios da realidade, e pensar nas conseqüências da ingestão (ex.: comer um bombom a cada dois dias para não engordar).

No primeiro exemplo, a relação de compulsão está caracterizada, já que a pessoa, tendo contato com a substância, não consegue mais utilizar a razão para ponderar sobre seu ato de comer, torna-se refém de seu tipo de alimentação.

No segundo exemplo, a pessoa se comporta como sujeito de direitos, traçando um plano para sua vivência alimentar.

Nós, educadores sociais, dialéticos, devemos exercer nossa cidadania em todos os setores de nossa vida e isso inclui o padrão de escolha dos alimentos a ser ingeridos.

Muitas vezes nos esquecemos de que somos fisicamente um corpo que funciona como um motor precisando de nutrientes para se desenvolver e se manter vivo, produtivo, prazeroso, em repouso ou em atividade.

O Projeto Alimentação Sustentável, desenvolvido em parceria com a Fundação Banco do Brasil e a FENABB, destinado ao Programa Integração AABB Comunidade e BBeducar, tem por principais objetivos: educar e conscientizar sobre a apropriada utilização de alimentos de baixo custo e alto valor nutritivo, visando a erradicar o círculo vicioso da fome de milhares de famílias que se encontram em risco pessoal e social e que participam das atividades e filosofia que esses dois projetos propõem.

Esse projeto foi idealizado pela Dr^a Clara Brandão, médica, pediatra e nutróloga, e desenvolvido através de uma capacitação aos educadores sociais do Programa, tendo como metas a prevenção alimentar, a orientação nutricional e a disseminação de práticas de consumo sustentável ecologicamente responsável, como a criação de redes de segurança alimentar e nutricional nas comunidades onde residem os educandos e suas famílias.

Defendo que a proposta é muito interessante, já que o consumo de alimentos naturais, incluindo sua semente, casca e folhas favorece o desenvolvimento saudável e uma diminuição significativa no orçamento. Esse é o caso, por exemplo, do tradicional café da manhã composto em geral por um copo de leite, café, açúcar, um pão francês e um pouco de margarina, cujo custo, em média, gira em torno de R\$ 1,50. Se, no entanto, substituirmos a farinha do trigo por farinha de milho ou mandioca, em bolos ou roscas, e incluirmos frutas da região ou da época, o custo rebaixará para R\$ 0,50 ou R\$ 0,70 centavos.

Outro aspecto a ser considerado é o alto valor nutritivo de cálcio, por exemplo, encontrado na semente de gergelim (+ de 100%), em relação ao leite de vaca, que apresenta apenas 9,5% dessa substância, e no entanto, o mito cultural valoriza muito mais esse alimento do que o gergelim.

Esse exemplo demonstra que uma tradição cultural como tomar o leite de vaca todos os dias não significa ingerir um alto índice de cálcio como muitos pensam. Se consumirmos gergelim regularmente, estaremos nos prevenindo de osteoporose na velhice, muito mais do que tomando leite de vaca.

A folha de mandioca contém duas excelentes vitaminas, a C (518%) e a A (245%), tornando-se, assim, um alimento de extrema importância em nossa dieta. O

que dificulta sua ingestão é que nos grandes mercados ela não é comercializada. Essa constatação revela a necessidade de também desenvolvermos uma parceria com pequenos produtores que, além de disponibilizar esse produto, podem se abster do uso de agrotóxicos ou outros conservantes, preservando assim a origem natural e orgânica dos alimentos.

As próprias famílias dos educandos poderiam produzir uma horta em seus lares ou, coletivamente, nos próprios clubes das AABBs. Com essas iniciativas poderiam surgir cooperativas e associações locais que gerariam um outro tipo de produção e de alimentação sustentável.

Por fim, a proposta do Projeto Alimentação Sustentável protagoniza o uso da Multimistura¹⁹ como um alimento essencial a ser acrescentado em sua alimentação.

Trata-se de incluir, acrescentar a Multimistura na rotina alimentar, pois ela contém minerais e vitaminas que são fundamentais na absorção das proteínas, gorduras e hidratos de carbono, que constituem uma vida saudável para nosso corpo.

A forma de sua utilização consiste em usar uma colher das de sopa distribuída entre as refeições.

Existem alguns questionamentos que proponho ao leitor.

Por que temos tanta dificuldade de acrescentar algo em nossa rotina alimentar, mesmo sabendo conscientemente de todos os seus benefícios? Isso seria semelhante a indagar, por que temos a tendência de ser incoerentes com aquilo que pensamos, sentimos e fazemos? E, porque temos um discurso de que, para quem vive em condições de vulnerabilidade pessoal e social, a Multimistura seria um excelente hábito a se adquirir, isso implicaria estar nos colocando de fora das necessidades de absorção do complexo potente de vitaminas e sais minerais, aspecto esse essencial a qualquer ser humano? Sendo assim, por que não utilizo a Multimistura em minha dieta alimentar, depois da capacitação?

Acredito que alguns fatores possam contribuir para as respostas a essas perguntas: resistência a mudanças, o medo do novo, o receio de que flexibilizar princípios, hábitos vá trazer um sofrimento maior do que os benefícios colaterais.

A superação desse sistema de crença se inicia com disposição para experimentar novos hábitos, criar novas expectativas e observar os resultados.

O preconceito em relação ao pertencimento à classe social menos abastada é um outro fator que deve ser superado. Uma alimentação natural, saudável e de baixo custo é uma opção de escolha nutricional válida para todos os que compõem a humanidade, portanto, deveria ser adquirida nas refeições oferecidas nas AABBs, no incentivo à dieta familiar dos educandos, no seu dia-a-dia, em sua residência e na ação multiplicadora desenvolvida com seus amigos e parentes.

Mãos à obra, viva a fonte da vida, a alimentação sustentável!

Referência Bibliográfica

“Alicerce do Paraíso” - Vol. 3 : o Homem, a Saúde e a Felicidade, Meishu-Sama.

Site: www.messianica.org.br

Contatos:

Assessoria de Comunicação, tel. 11-5087-5081, ascom@messianica.org.br

Assessoria de Imprensa, tel 11-5087-5130, imprensa@messianica.org.br

¹⁹ Multimistura: consiste em uma farinha composta de 70% de farelo (arroz ou trigo) tostado, 10% de pó de folhas (mandioca e abóbora), 10 % de pó de sementes (gergelim e linhaça) e 10% de pó de casca de ovo.

Rede Nacional de Correspondência e o Perfil do seu Coordenador

Graziela Santos Graciani²⁰

No IV Encontro de Educadores do Programa AABB Comunidade, realizado no segundo semestre de 2004, foi lançado um desafio à equipe do Programa, que consistia em articular uma Rede Regional de Correspondência, que posteriormente pudesse alimentar uma troca de experiências entre os clubes AABB implantados, no âmbito nacional. Identificamos, porém, nesses dois anos que se passaram, que, apesar dos esforços empreendidos por algumas regiões, na maioria dos estados essa articulação não funcionou como planejado, e, infelizmente, nossa Rede Nacional de Correspondência permaneceu desagregada.

Poderíamos levantar inúmeras razões que justificassem o ocorrido, mas achamos importante uma reflexão anterior. Dentre as questões que nos inquietam, cremos ser imprescindível pensar sobre: O que é uma rede de correspondência? Qual será de fato sua utilidade dentro do Programa Integração AABB Comunidade? Quem é o responsável por essa articulação? E principalmente, qual é o perfil desse representante?

Não podemos, ao iniciar nossa reflexão, deixar de salientar o caráter político-pedagógico de nossa ação educativa. O Programa Integração AABB Comunidade intervém na realidade de educandos em situação de risco, buscando oferecer oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal e social, balizado numa proposta educacional democrática, dialógica, lúdica e afetiva. Sabemos que esse trabalho está longe de ser fácil e nossa realidade local muitas vezes agrava ainda mais esse quadro.

Dentro dessa perspectiva, a comunicação é um ingrediente fundamental, sem o qual, tendemos a nos fechar numa ação educativa imobilizada e incoerente. Na maioria dos casos, o único momento em que podemos trocar idéias com outros educadores do Programa, é o dos Encontros realizados a cada dois anos. Além disso, muitas das problemáticas enfrentadas no cotidiano poderiam ser encaminhadas, se socializadas entre nós, que enfrentamos tais demandas. Nesse sentido, e também com o intuito de viabilizar a troca de experiências entre os Programas implantados, cremos ser viável a implementação da Rede Nacional de Correspondência.

A palavra rede tem origem no latim e significa entrelaçamento de cordas, fios, arames etc., que formam uma malha; ou ainda, conjunto de elementos interligados; Uma rede, portanto, é a interligação de vários pontos que se relacionam entre si em virtude de alguma razão, motivo, estímulo ou objetivo. Nessa perspectiva, entendemos que uma rede de correspondência pressupõe que as partes envolvidas se comuniquem mutuamente, a fim de operacionalizar a troca de experiências, oferecendo acesso direto, eficiente e descentralizado de informações relevantes e relacionadas a um assunto determinado. A rede de correspondência é uma ferramenta que une pólos convergentes, oferecendo às partes envolvidas a possibilidade de estabelecer relações de cooperação, solidariedade, troca e conhecimento de outras realidades.

Ora, se percebemos, ao longo dos anos, que existe uma demanda significativa de programas que reconhecem a urgência de comunicarem-se, e gostariam de trocar experiências, informações e debater sobre as questões do cotidiano de nossas crianças e adolescentes, isto é, desejam comunicar-se e interagir, então a criação de uma rede de correspondência vem ao encontro de nossas necessidades.

²⁰ Pedagoga pela PUC/SP, Educadora Social do NTC-PUC/SP e Integrante da Organização e Elaboração dos Encontros Nacionais de Educadores do Programa Integração AABB Comunidade.

Assim, a implementação da Rede Nacional de Correspondência do Programa Integração AABB Comunidade traz novas perspectivas no que se refere à inter-relação entre os Programas. É um momento em que a construção dos elos de comunicação está em nossas mãos, ou seja, cabe a nós educadores fazer com que a rede aconteça, funcione e dissemine as informações. É a oportunidade de nós educadores sermos os protagonistas da criação da rede, o que simultaneamente se apresenta como mais um desafio a ser assumido.

Na realidade, temos a partir de agora dois grandes desafios. O primeiro é o de implementar a Rede Regional de Correspondência, estabelecendo comunicação entre as AABBs que estão mais próximas de nós, aquelas que fazem parte da nossa microrregião ou de nosso estado. O segundo grande desafio se apresentará a partir do momento em que o intercâmbio regional estiver consolidado. Daí então, estaremos preparados para nutrir a estrutura mais ampla da rede de correspondência, criando e experimentando formas de nos comunicar nacionalmente. Cabe salientar que, a partir desse Encontro de Educadores, contaremos com um grande aliado, o site do Programa Integração AABB Comunidade, que está sendo lançado por nossos Instituidores.

Mas de fato, o que a criação da rede muda em nossas realidades?

Isso, só nós mesmos poderemos responder, a partir do instante em que a rede esteja verdadeiramente funcionando. Podemos no entanto, apontar que a consolidação da Rede Nacional de Correspondência propicia a otimização da comunicação entre os municípios, incentiva novas idéias a serem testadas, traz apontamentos para refletir e discutir, oportuniza a realização de eventos regionais, auxilia na produção, sistematização e organização de novos materiais e atividades, permite trocas em tempo quase real, além de expandir os horizontes geográficos diminuindo as distâncias.

A consolidação da rede é uma maneira de não estarmos mais sozinhos e isolados. Teremos pessoas que comungam com nossos ideais, que estão realizando como nós estamos, e buscam desenvolver propostas educativas coerentes com nossa Pedagogia, e, o mais importante, estão disponíveis para trocar, ouvir, falar, compartilhar, dar idéias, sugerir, bem como socializar as dificuldades e insucessos, trazendo mais integração e tornando possível um atendimento mais qualitativo de nossas crianças e adolescentes. Nesse contexto, a rede de correspondência é um espaço, mesmo que virtual, no qual debateremos informações relevantes e relativas ao Programa no que se refere às situações de ensino aprendizagem, relação educador/educando, aspectos pedagógico-administrativos, busca de parcerias, entre outras. Todo esse processo favorece a observação de trajetórias percorridas e a percorrer, a visualização das articulações e parcerias estabelecidas e os novos horizontes que serão trilhados.

Na estrutura da rede de correspondência não existem papéis hierárquicos, isto é, ninguém tem mais ou menos força, poder ou prestígio que o outro. Todos os pontos da rede são igualmente importantes para sua existência, e, principalmente, todos os nós que compõem a rede são responsáveis para que a mesma tenha cumprida a sua funcionalidade. A relação horizontalizada entre as partes é um elemento fundamental, sem o qual a rede perde sua razão de ser e existir.

Assim, em nossa Rede Nacional de Correspondência, todos têm o direito de participar de forma equitativa e, portanto, todos são igualmente responsáveis pela alimentação das informações difundidas dentro da mesma. Podemos dizer então que um município não tem mais status que outro porque envia mais materiais à rede, nenhuma informação é mais ou menos relevante, ou então, que o coordenador da rede não possui mais autoridade que os demais participantes pelo fato de ser o pólo aglutinador e disseminador de informações, e assim por diante.

Pelas razões apresentadas acima, podemos perceber que a pessoa responsável por toda essa articulação é importantíssima. É um papel de liderança dentro do estado. Não uma liderança centralizadora, e sim uma referência com a qual os outros participantes podem contar, acessando, perguntando, pedindo sugestões. O coordenador da rede é responsável por receber as informações, organizá-las por temas ou similaridade, e, se necessário, compilar informações semelhantes, e, posteriormente, disseminá-las para as outras AABB implantadas. A função do coordenador da rede de correspondência é portanto, um papel social, que exige algumas características mínimas:

- não lhe é atribuída a função de decidir sozinho sobre qualquer aspecto da rede ou do Programa;
- ser comunicativo, dinâmico, dialógico, sagaz e empreendedor;
- incentivar a participação dos educadores, investindo e desenvolvendo o espírito de equipe, o potencial criativo e animando o processo;
- ter jogo de cintura, sabendo como lidar com as dificuldades inerentes à comunicação;
- ser capaz de gerar, armazenar, intermediar e disseminar as informações, descentralizando-as;
- ser capaz de maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis, reduzindo gastos e desperdícios;
- ser líder em seu município e na região, promovendo o envolvimento de entidades e parceiros;
- realizar encontros sistemáticos de avaliação e acompanhamento da rede;
- necessita comunicar-se com os Presidentes, funcionários e educadores das AABBs e também com os representantes de CESABB.

Notemos algo que é extremamente importante: em nenhum momento do processo são atribuídos ao coordenador da rede regional de correspondência e/ou nacional funções ou poderes deliberativos que não sejam relacionados à rede, isto é, ao coordenador da rede não cabe a tarefa de decidir, organizar, estabelecer parcerias etc. que não estejam diretamente ligadas à rede e que não estejam de comum acordo com todos os municípios que compõem determinada região. Nesse sentido, não poderão ocorrer situações nas quais o coordenador decida por si só. É necessário que todos aqueles que participam da rede legitimem as normas, os acordos, as mudanças que forem sendo construídas no decorrer do processo.

Além disso, vale salientar que a coordenação da rede de correspondência em nada deverá interferir nas atribuições dos coordenadores pedagógicos do Programa e seus respectivos representantes, ou seja, o coordenador da rede é responsável por sua articulação, e, portanto, não lhe cabe decidir ou representar os responsáveis pelos aspectos pedagógico-administrativos do projeto. A rede existe para que a partir das trocas de experiência, cada município tenha autonomia para fazer mudanças que estejam dentro das regulamentações do Programa, e que possam facilitar o processo educacional.

Cada região é responsável por configurar a rede da maneira mais adequada às características locais, embora esteja subordinada a uma estrutura mínima de organização. O uso das tecnologias varia em decorrência das possibilidades sócio-econômicas e tecnológicas de cada microrregião do país. A infra-estrutura disponibilizada em cada lugar determina o meio ou meios a ser utilizados na rede de correspondência. Temos, hoje, disponíveis, tecnologias de multimídia como a Internet, que, embora facilitem a comunicação, na maioria vezes não atendem a todos os lugares onde o Programa Integração AABB Comunidade está implantado.

Nesses casos, a nós compete a utilização de recursos das telecomunicações ou dos correios, por exemplo, telefone, fax, rádio, televisão, fitas de áudio, vídeo e até mesmo DVD para veicular as informações. O fundamental é que esteja claro que é necessário garantir a geração, armazenamento e disseminação das informações, seja na forma de voz, dados, textos, sons, imagens ou qualquer outra.

Finalizando nossa reflexão, vale dizer que a formação de uma rede de correspondência não é necessariamente fácil. Para estabelecer essa cultura, precisamos cultivar um espírito de colaboração recíproca sustentável e duradoura, compartilhando nosso compromisso político-pedagógico com outros educadores que fazem parte do mesmo processo educativo. Assim, é necessário que nos mantenhamos em contínua interação, trocando informações, criando condições para a sinergia e estimulando-nos mutuamente na realização de objetivos comuns, caracterizando, desse modo, o aspecto bidirecional da comunicação. A consolidação da rede requer a participação ativa de todos os envolvidos e a percepção da existência de um benefício mútuo e de uma melhoria no atendimento das crianças e adolescentes do Programa Integração AABB Comunidade. Atuar em rede é reconhecer que juntos, mediante nossos próprios esforços, podemos contribuir mais para nossa prática educativa e para o desenvolvimento de nossos educandos.

Estratégias de mobilização do Conselho Deliberativo Participativo do Programa Integração AABB Comunidade

Marcos E. F. Marinho²¹

Todos nós em muitos momentos ouvimos falar sobre Conselhos, “Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente”, “Conselho Tutelar”, “Conselho Nacional de Educação”, “Conselho Nacional de Saúde” etc e confundimos essas modalidades de conselho com os que funcionam e compõem as estruturas das organizações sociais, programas e projetos.

Não é por menos, que a história brasileira é permeada de longos períodos de vigência de regimes políticos autoritários, em que o processo decisório se caracterizava por decisões individuais e centralizadas ou grupos de poder com um número muito restrito de pessoas. Assim, não desenvolvemos ainda uma cultura democrática em nosso país, resultando numa sociedade de baixa participação nos destinos nacionais e locais.

Uma democracia tem como referência básica a democratização do processo decisório e dos mecanismos de poder, além do exercício de controle social sobre a implementação de políticas e programas, o que vale para todas as áreas.

A Constituição de 1988 foi chamada de Constituição Cidadã, por, justamente, preconizar a criação de instâncias de participação e controle social por parte dos cidadãos na definição das políticas públicas, participação essa, barrada em nosso último período autoritário (Regime Militar 1964-1984).

Assim, disseminou-se em larga escala a criação de conselhos em todas as áreas que envolvessem a definição de políticas públicas, visando à ampliação do acesso à participação popular e cidadã.

Na área da infância e juventude, com a promulgação da Constituição de 1988, abria-se terreno para a mudança na legislação relativa à infância e juventude. Em 1990, nascia, após longo período de gestação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que previa também a criação e implantação dos Conselhos Tutelares e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente nos níveis local, estadual e nacional.

Vale frisar que esses conselhos constituem-se como instâncias importantes de participação, definição das políticas públicas e controle da sociedade sobre a implementação destas, no entanto, não podem ser confundidas com os Conselhos criados e instituídos no interior das organizações sociais e dos programas (muitas vezes por determinação estatutária) como, por exemplo, o AABB Comunidade.

No Programa Integração AABB Comunidade, o **Conselho Deliberativo Participativo** tem outra finalidade, a de garantir a participação de todos os envolvidos direta ou indiretamente com o programa em nosso município, debatendo, opinando e deliberando sobre os rumos e a execução das ações do programa AABB Comunidade local.

Os conselhos representam uma prerrogativa ainda inexplorada e isto se dá pelas mais diversas razões. O grande desafio para o Programa Integração AABB Comunidade é mobilizar as capacidades e os talentos que existem nesses grupos reunidos no **Conselho Deliberativo Participativo**, em benefício do próprio programa.

O **Conselho Deliberativo Participativo** dever estar no centro do programa, e não, isolado da prática e dos problemas. Não pode adquirir um papel simbólico, sob risco de tornar-se pouco a pouco uma idéia ultrapassada e de baixa efetividade.

²¹ Psicólogo e Educador do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP

Esse desafio deve ser encarado por todos os que vêem esse potencial e se sentem co-responsáveis pelo futuro e pelo papel social que o Programa Integração AABB Comunidade exerce nos municípios em que atua, sejam conselheiros, presidentes das AABB, coordenadores administrativos e pedagógicos ou educadores.

A seguir, recomendações e orientações de Antonio Luiz de Paula e Silva²², para envolver e fortalecer o **Conselho Deliberativo Participativo** do Programa Integração AABB Comunidade em seu município e incorporá-lo no processo de planejamento das ações do Programa como um todo.

- Envolver o Conselho Deliberativo Participativo nas etapas de planejamento. Deve-se perguntar a alguns ou a todos os conselheiros como eles acham que pode ser o planejamento do Programa Integração AABB Comunidade e como pode se dar o envolvimento efetivo dos demais membros do Conselho. Esse levantamento pode ser feito pessoalmente, para não consumir o tempo de reuniões.

- Garantir a uniformidade da linguagem e acesso às informações. É importante que no Conselho todos entendam o que é o Programa e o que está sendo desenvolvido. Será preciso desenvolver um trabalho de compreensão dos conceitos, do processo e das referências utilizadas no programa.

- Esclarecer papéis. Pode-se sugerir primeiro a definição de qual será o papel do Conselho e que tipo de orientação o Conselho Deliberativo Participativo dará no processo de planejamento do trabalho. Essa discussão é muito importante para dar tranquilidade, tanto para os conselheiros como para os outros membros da equipe. Esse momento pode ser importante por podermos explicitar expectativas mútuas e construir acordos de trabalho.

- Apresentar um plano de trabalho ao Conselho. Podemos dizer que um Conselho é atuante dentro do Programa quando interfere positivamente no seu direcionamento e rumo. Por isso, o Conselho deve ter um plano sobre o qual trabalhar. Tanto ao comparar o planejado com o realizado como ao contribuir para a elaboração de um plano futuro, o Conselho coloca-se em contato com o que a organização está fazendo e deve fazer.

Muitos Conselhos ficam excessivamente detalhistas ou desmotivados porque lidam somente com questões "pequenas" ou "pontuais". Não podemos incorrer nesse erro na hora em que montamos as pautas de reunião do conselho deliberativo participativo.

- Solicitar ao Conselho uma visão externa e independente. O Conselho normalmente não está contaminado pela rotina nem por problemas específicos (como salário baixo, sobrecarga ou conflitos, por exemplo). Ele também tem condições de trazer expectativas, necessidades e notícias de grupos externos nem sempre em contato direto com o dia a dia do Programa Integração AABB Comunidade.

- Ao preparar as reuniões, é importante oferecer espaço suficiente para que, caso queiram, os conselheiros expressem seus pontos de vista. Porém, isso tem de ser feito no momento adequado e baseado em informações atualizadas, disponibilizadas a eles: não adianta o Conselho falar (e ele geralmente não fala) se está desatualizado ou ignora dados importantes.

²² Recomendações retiradas do livro: Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem/ Antonio Luiz de Paula e Silva – São Paulo: Global, 2000 – Coleção Gestão e Sustentabilidade.

- Facilitar ao Conselho concentrar-se no que é importante e relevante. As questões levadas ao Conselho devem ser as que afetam a sobrevivência e o Programa como um todo. Questões "pequenas" ou muito localizadas devem ser evitadas. Não sobrecarregue a pauta. Se surgirem dúvidas sobre o que é mais importante, deve-se compartilhar isso com o Conselho.

- Dar condições para o Conselho manter "os pés no chão". Evite dar oportunidades para que o Conselho dê opiniões baseadas em "achismo" ou "impressões". Forneça informações e dados ao Conselho, de forma sintética e objetiva. É importante contar o que está realmente acontecendo, convidar conselheiros para visitas, ligar para eles para contar casos e fazer consultas, levar pessoas da equipe para expor programas, projetos e propostas em detalhes.

- Levar o Conselho a manter o foco no longo prazo. Dê atenção à forma como você apresenta problemas, idéias ou questões — mesmo coisas menores devem ser tratadas sob o ponto de vista do futuro.

Além disso, deve-se dar tempo e condições para o Conselho preparar-se para discussões. Quando surpreendidos, os conselheiros podem dar soluções superficiais ou de improviso.

- O Conselho é incapaz de fazer alguma coisa sozinho. Sempre haverá questões operacionais e administrativas a ser resolvidas para que algo seja feito. Deve-se reservar a parte nobre do trabalho para o Conselho, na qual ele realmente necessite usar seu conhecimento e experiência, não somente seu tempo, e ajudar na operacionalização.

- Pedir para o Conselho fazer perguntas a cada pessoa da equipe. Muitas vezes o Conselho pode ser mais útil simplesmente ajudando a equipe a pensar do que dando respostas. Para isso, pode-se pedir que ele faça somente perguntas, e algumas podem ser levadas para casa. Mais tarde cada um retorna com o produto de suas reflexões.

- Pedir para o Conselho trocar perguntas entre si. Isso estimula a criatividade e desafia a capacidade de cada um. É também um bom exercício para dar profundidade às reuniões e ajudar os conselheiros a se ouvirem mutuamente.

- Dar o exemplo. Ao querer mais dedicação e seriedade do Conselho no trabalho, é necessário também começar a se dedicar seriamente ao Conselho. Isso pode ser feito ao assumir com afinco as responsabilidades. Dessa forma, ele só poderá fazer o mesmo, ainda que demore.

- Esperar um conselheiro corrigir um conselheiro. Membros de Conselho muitas vezes tendem a ser mais receptivos para comentários de seus pares, especialmente quando as relações dentro da organização ainda necessitam de amadurecimento.

- Ter paciência, não é bom pressionar o Conselho. Aconteça o que acontecer deve-se lembrar que o simples fato de o Conselho estar dedicando parte de seu tempo à instituição é sinal de compromisso. A tentativa de conseguir resultados por meio de pressões pode facilmente levar a um estremecimento nas relações.

- Ajudar o Conselho a organizar-se. Perguntar como quer utilizar seu tempo e como pode dividir algumas responsabilidades específicas, como o acompanhamento de um membro da equipe, a revisão de algum material ou a preparação de determinada proposta.

- Ver como é possível para o Conselho encontrar-se. Podem-se definir dias, horários e locais apropriados para os conselheiros se encontrarem e trabalharem juntos

durante um certo tempo. Nas reuniões, deixar um intervalo para um café ou lanche, de tal forma que possam conversar entre si e interagir de forma co-responsável.

- Levar desafios ao Conselho. Se tudo está bem, é essencial fazer perguntas que ainda não têm respostas, que olhem para frente, que quebrem modos corriqueiros de pensar. Se as coisas não vão bem, deve-se evitar "choradeiras" ou "tom de pânico"; em lugar disso, mostrar um quadro detalhado, específico, preparado, contendo francamente causas e conseqüências, que os desafiará a melhorar suas propostas.

- Tratar o Conselho como parceiro. Evitar tratar o Conselho como autoridade. Os motivos para que todos estejam ali podem ser muito parecidos.

- Considerar que participar de um Conselho é uma honra. Nenhum conselheiro está fazendo um favor, a menos que isso tenha sido pedido dele. É importante ser exigente com o Conselho, sem, porém, minar sua liberdade. Lembrar o motivo principal da existência do Conselho e suas responsabilidades. O Conselho existe para contribuir com a sociedade e com o Programa.

- Convidar o Conselho a atrair talentos para a organização. Pedir sugestões de nomes para contribuírem com a organização, assim como recomendações de nomes a ser trazidos para expor temas numa reunião; se dispor a visitar pessoas criativas e talentosas para trocar idéias.

- Aproveitar a experiência e a especialidade de cada conselheiro. Ele pode ser colocado em contato com a equipe, além de contar experiências passadas, analisar projetos ou problemas específicos, recomendar leituras, dar palestras ou cursos. Indagar-lhe como pode ajudar em casos específicos.

- Propor a avaliação das reuniões e o trabalho do Conselho. Considerar que o maior responsável pelo desenvolvimento do Conselho é ele próprio. A avaliação oferece um bom caminho para isso. Sugerir procedimentos, formas e perguntas de avaliação pode facilitar. Cada um também pode, por conta própria, se achar que é o caso e o ambiente propício, oferecer a sua avaliação de uma reunião. Contudo, evitar críticas e falar somente aquilo que vai ajudar no desenvolvimento do Conselho e do Programa.

- Exigir somente aquilo que cada conselheiro pode dar. Não se deve explorar o Conselho. A sensação de ser exploradas tende a afastar as pessoas. Tampouco criar expectativas irreais sobre os conselheiros — só vai gerar frustração e impaciência.

Claro está que estas recomendações pressupõem uma participação mais efetiva dos coordenadores, pois, coloca-os na responsabilidade de subsidiar e assessorar nas tarefas de preparação das reuniões do Conselho Deliberativo Participativo, fornecendo informações atualizadas, planos e relatórios de desenvolvimento do trabalho.

A atenção dada ao Conselho Deliberativo Participativo traz como conseqüência o desenvolvimento de uma instância que dará suporte em momentos de dificuldade ou em contextos que exijam soluções de amplo alcance.

Um exemplo em que um Conselho pode atuar, refere-se a casos graves de maus tratos ou abuso sexual a crianças e adolescentes do programa, situação que exige o encaminhamento de denúncia junto ao Conselho Tutelar. Não é recomendado que o educador faça a denúncia, expondo-se sozinho a represálias, mas leve a questão ao Conselho Deliberativo Participativo e este encaminhe a denúncia de forma coletiva.

Dependendo do perfil dos conselheiros, estes garantirão a disseminação das informações relativas ao Programa Integração AABB Comunidade no município,

atraindo apoio e reconhecimento das ações desenvolvidas e tirando o Programa do isolamento das demais ações sociais do município.

Pela própria natureza do Conselho, em que estão reunidas pessoas com experiências diversas, é importante orientar e propor novos encaminhamentos num trabalho semelhante ao de assessoria, pois é de interesse dos conselheiros que o Programa traga resultados e se caracterize por ser uma iniciativa exitosa e de alta efetividade social no município.

Para finalizar, é importante que o coordenador pedagógico se prepare para as reuniões do Conselho Deliberativo Participativo com alguma antecedência e com muito profissionalismo, reunindo dados, informações e organizando os registros do trabalho para apresentação, por meio de relatórios sintéticos e utilizando as ferramentas e programas de computador, além de vídeos e fotografias que permitam apresentações dinâmicas e garantam a atualização dos conselheiros a respeito dos rumos e resultados do programa AABB Comunidade em seu município.

Referências Bibliográficas:

SILVA, Antonio Luiz de Paula e – Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem – São Paulo: Global, 2000.

CHIANCA, Thomas – Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil – São Paulo: global, 2001.

O Programa Integração AABB Comunidade e os indicadores sociais

Profª Drª Maria Stela Santos Graciani

Na formulação de políticas públicas tão ou mais importante que construir e dispor de um bom indicador social é garantir sua aplicação apropriada.

Paulo Jannuzzi

Quando trabalhamos em um município, ou seja, em uma cidade precisamos ter a idéia de como ela se constitui na realidade social. Precisamos saber em que estado, região do país ela se situa, qual a sua população, quais as atividades econômicas que desenvolve, como se encontram os setores primário, secundário e terciário, enfim, conhecer sua localização no tempo e nos espaços territoriais, além de seu folclore, seu turismo, os aspectos pitorescos, sua cultura local, dentre outros elementos. É preciso saber como se deu seu desenvolvimento, sua organização, além de aferir o impacto de suas políticas públicas e sociais, descobrir o desenvolvimento e crescimento, melhoria das condições de vida, saneamento básico, rede viária, asfalto, iluminação, transporte, educação, saúde, esportes e cultura.

Para tanto, não só o poder local dos prefeitos, vereadores, mas também instituições públicas e privadas precisam investigar a realidade para diagnosticar os dados, informações, estatísticas quantitativas e qualitativas a fim de obter uma análise conseqüente e competente sobre o município. Os relatórios deverão ser edificados e elaborados de forma sistêmica, ou seja, relacionando todos os setores da cidade, integrando as iniciativas da organização pública e privada, a fim de que a visão seja abrangente, totalizadora e os indicadores sociais, consistentes, para orientar melhor as ações, proporcionando níveis crescentes de bem estar social, redistribuindo melhor as riquezas geradas e superando as iniquidades do desenvolvimento econômico acelerado.

Daí a necessidade de que, não só nossas ações pedagógicas no Programa Integração AABB Comunidade sejam planejadas, mas também a cidade desenvolverá ações de planejamento em todas as áreas definindo, o que se espera a curto, médio e longo prazo, de cada setor.

Passado algum tempo de descrédito que se tinha em relação ao planejamento governamental, aos planos específicos dos setores, hoje estamos exigindo ações planejadas e políticas públicas bem orientadas e objetivas para atender as necessidades básicas dos setores como: educação, saúde, cultura, lazer, dentre outros, que também estão sendo elaboradas pelos diferentes conselhos formados pelo poder público e pela sociedade civil organizada. Neste sentido, com o planejamento local, planejamento participativo, apoio de universidades, agências de consultoria, centros de pesquisa, criando mecanismos e instrumentos de medidas, os indicadores sociais das condições de vida, da pobreza, da mortalidade infante – juvenil, da população infantil fora da escola estão sendo restabelecidos, ou seja, estamos começando a desvelar as dimensões da realidade social.

Por essas razões vamos definir indicador social como:

“uma medida em geral quantitativa de significado social substantivo, usada para substituir um conceito social abstrato, de interesse teórico ou prático, ou programático, que contribuirá para formulação de políticas”
(Jannuzzi, 2004, pag.15)

Traduzindo, podemos entender indicador social como um recurso metodológico que informa sobre um ou mais aspectos da realidade social ou sobre transformações que se estão processando na mesma, como um modelo explicativo evidente dos fenômenos sociais observados.

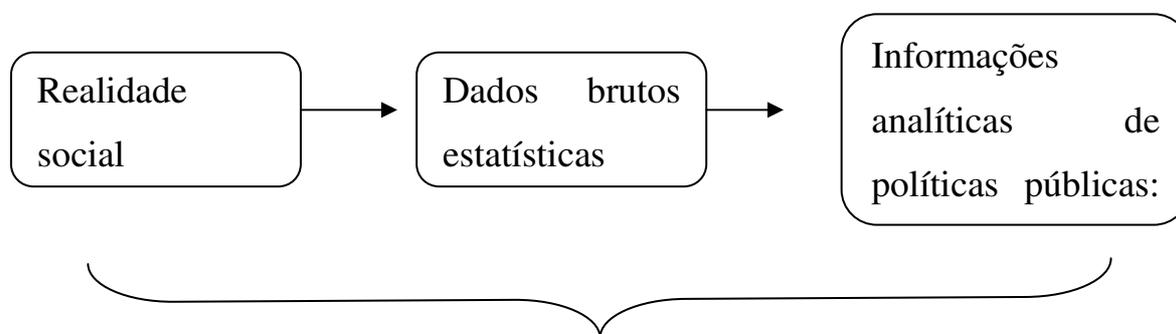
A função de um indicador social é servir como instrumento operacional de monitoramento e controle da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. Por ex.: taxas de analfabetismo, taxas de rendimento médio de trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de população feminina e masculina, taxas de desemprego, taxas de proporção de crianças em idade escolar e matrículas escolares.

Os indicadores sociais subsidiam as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida, determinam os fatores de mudança de um ou outro setor governamental.

Os indicadores sociais e as estatísticas públicas são distintos. Os primeiros se referem à operacionalização das segundas, que colhem os dados puros, brutos, como, por ex.: o número de óbitos e nascimentos em dado ano. Esses dados (censitários, estimativas, registros) de censos servem de base para a construção de indicadores que permitem análises contextualizadas e comparativas da realidade social. Portanto, o que os diferencia é o conteúdo informacional e o objetivo, que pode ser da totalidade da população ou de grupos específicos e, dependendo do interesse idealizado, podem ser apresentados como: índices, taxas, cifras, médias etc.

Sintetizando, podemos considerar que esses dados censitários, as estimativas e os registros amostrais, constituem, pois, a matéria prima para a estruturação dos indicadores sociais.

Vejamos o esquema que constitui o sistema de indicadores sociais:



Conjunto de indicadores = Sistema

Existem muitos sistemas de indicadores, como, por ex.: Sistema de indicadores para políticas públicas, Sistema de indicadores do mercado de trabalho, da saúde, da educação, etc.

Os indicadores sociais, tematicamente, segundo seus elementos básicos, são classificados em: demografia, habitação, educação, infra-estrutura urbana, saúde, segurança e justiça, mercado de trabalho, renda e pobreza, qualidade de vida e meio ambiente.

Esses indicadores sociais podem ser divididos em objetivos/subjetivos, qualitativos/quantitativos e ambos servem para definir percentuais com base nas ocorrências.

Finalmente, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice social, relaciona a combinação entre saúde, educação e renda, muito relevante na análise da realidade social da infância e adolescência.

Todas essas considerações pressupõem a valorização da função do planejamento na administração pública, que poderá ser compartilhado com experiências do Programa Integração AABB Comunidade, guardados seus limites e potencialidades, enquanto indicadores sociais podem ser de grande valia e utilidade para diversos agentes, instituições ou projetos, porque, a partir deles, é possível definir prioridades, diretrizes e metas, uma vez que orientam de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas públicas.

Referências Bibliográficas:

JANNUZZI, Paulo de M., Indicadores Sociais no Brasil – conceitos, fonte de dados e aplicação. Ed. Alinea, 2004.

IBGE, Indicadores Sociais: uma análise da década de 1980. Rio de Janeiro.

ROCHA, S. Opções metodológicas para a estimulação de linhas de indigência e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro – IPEA, 2000.

A organização do tempo no Programa Integração AABB Comunidade

Marcio Leopoldo Gomes Bandeira²³

Vários são os desafios colocados diariamente às práticas político-pedagógicas dos educadores do Programa Integração AABB Comunidade. Dentre as maiores está a necessidade de romper com os modelos educacionais arraigados em nosso imaginário pela força da tradição.

A forma como mediamos a construção da rotina de atividades no Programa sustenta-se, muitas vezes, em pressupostos de uma concepção tradicional de educação dos quais não temos consciência, de tão “naturais” que nos parecem. A maneira quase instintiva como respondemos a certos problemas deve-se ao fato de que a escola em que fomos ensinados e suas práticas, não raro autoritárias, ainda se figuram como imagens-padrão a moldar as experiências que vivenciamos como educadores. Sentimos enorme dificuldade em “desnaturalizar” esses modelos herdados, distanciando-nos de suas justificativas há tantos séculos repetidas, e criticar suas verdades. Mas, e se elas não forem de fato as mais verdadeiras? E se forem, em vez de verdades absolutas, somente as interpretações vencedoras entre tantas outras possíveis?

Refletir sobre nossas práticas político-pedagógicas implica colocar nossas crenças e formas de pensar a educação diante delas mesmas como num jogo de espelhos, questionando-as radicalmente e buscando, no corpo de cada uma, as marcas da estranheza e os germes das mudanças. Não há modo de desbravar um novo caminho sem suspender a autoridade que emana das rotas tradicionais e interrogar os mapas viciados, sem desestabilizar as velhas estruturas e colocar em xeque os antigos paradigmas. Para mudar é preciso admitir que tudo aquilo que hoje é, poderá futuramente ser de outra forma.

A existência do Programa Integração AABB Comunidade já é em si mesma uma quebra de paradigma educacional. Ao fazer de um clube o espaço dedicado a relações e atos educativos, o Programa contribui para abalar a idéia de que a escola seja o lugar privilegiado da educação e que, para aprender e ensinar, é imprescindível um prédio fragmentado em várias salas de aula, de direção, de coordenação, de professores. Ao acontecer impreterivelmente num clube – espaço que convenções sociais interpretam como lócus do prazer e da diversão – o Programa não somente nos desafia a reinventar nossas concepções de educação como também transforma as concepções de lazer e diversão em algo bem diferente. A dissociação entre ludicidade e educação deixa de fazer sentido e, uma vez vinculadas, brincar passa a ser coisa séria, ao mesmo tempo em que, aprender e ensinar podem se tornar práticas bastante divertidas.

Mas não é unicamente em relação à reorganização do espaço que o Programa nos desafia. Além de interrogar as antigas geografias educacionais calcadas nas arquiteturas escolares - estas tão parecidas, como nos lembra Foucault, com a linguagem espacial dos presídios e manicômios - a proposta do Programa também nos coloca num confronto com os perigos da reprodução do modelo de organização do tempo escolar.

O tempo escolar, numa perspectiva de educação tradicional, tem sido, ao longo dos anos, organizado de forma a traduzir a fragmentação dos saberes em áreas estanques e isoladas do conhecimento. É comum, num mesmo dia, um educando ter aulas de 50 minutos, passando por várias disciplinas diferentes e sem ligação entre si. Além de exigir o enorme esforço de se desconectar de uma determinada discussão

²³ Mestre em História Social pela PUC/SP, educador social do NTC-PUC/SP e formador de educadores do Programa Integração AABB Comunidade.

para rapidamente conectar-se a outra. Tal organização do tempo acaba por nutrir currículos cuja finalidade se restringe exclusivamente à transmissão de informações descontextualizadas e descoladas da vida cotidiana dos educandos. O resultado disso é o desprestígio do próprio pensamento e seu esvaziamento como atividade problematizadora, uma vez que não há tempo para questionar o mundo, dialogar sobre a vida, confrontar dados, comparar informações, criticar fontes, argumentar e desenvolver idéias, opinar sobre polêmicas, digerir e produzir reflexões autônomas e consistentes. Todas essas operações do pensamento exigem tempo de elaboração, acomodação e sistematização impossíveis de ser realizadas em apenas 50 minutos de aula.

A organização do tempo escolar não atende mais as necessidades emergentes em um mundo globalizado. A escola não deveria mais destinar-se somente a transmitir informações, pois estas já chegam aos indivíduos por diferentes meios, muito antes de seu ingresso na vida escolar. A todo instante somos bombardeados por mensagens vindas da televisão, das revistas, dos jornais, do rádio, dos outdoors, das estampas de camisetas, dos rótulos de mercadorias, dos alto-falantes etc. Contudo, a mídia mais valorizada pelas práticas pedagógicas tradicionais ainda é o livro didático. Seu uso quase exclusivo é mais confortável, pois garante um maior número de conteúdos a ser transmitidos em curtos espaços de tempo.

Embora o Programa Integração AABB Comunidade não seja uma escola e nele não exista a imposição de um currículo e de uma grade horária tradicional, muitos municípios têm sucumbido ao vício de organizar o tempo de atividades do programa tal qual as formas tão conhecidas da rotina escolar. A única diferença é que, em vez de aulas de matemática, português, história, geografia e ciências, os educandos têm aulas de natação, educação física, artesanato, música e reforço escolar. Os educadores ficam reduzidos ao papel de especialistas e os educandos, ao de aprendizes de técnicas. Mais uma vez a educação deixa de incitar o desenvolvimento do pensar. Não sobra tempo para se ler o mundo, dialogar sobre ele e reinventar formas de transformá-lo.

Pensando nesse desafio é que o NTC vem fomentar junto aos educadores do Programa reflexões sobre como reorganizar o tempo de atividades realizadas no clube de forma a garantir práticas educativas que favoreçam a autonomia das ações e dos pensamentos, a criticidade, a reflexividade e a criatividade. O que pretendemos aqui é sugerir experimentações que venham a contribuir para o aprimoramento de nossas práticas, e não construir uma grade horária que funcione como porta de uma outra prisão.

Para melhor esclarecer a proposta, tomemos como exemplo uma AABB que atenda 120 educandos, três dias por semana, nos períodos da manhã e da tarde, contando com o trabalho de 6 educadores. Em cada um dos períodos, essa AABB atenderia 60 educandos por 4 horas/dia. Poderíamos dividir esses 60 educandos pelos 6 educadores em cada período, formando grupos de 10. As 4 horas/dia seriam divididas em 3 blocos de 1 hora e 20 minutos cada.

No primeiro bloco cada educador constituiria com sua turma uma **roda de investigação temática**. Partindo de temas geradores, escolhidos pelo grupo com base em problemas colocados pela realidade, cada educador mediará as investigações coletivas, buscando atender à vontade de saber que se apresentou. Essas rodas se aproximam daquilo que Paulo Freire chamou de círculos de cultura, quando elaborou sua proposta de alfabetização de adultos. Para realizar tais investigações, as ferramentas fundamentais propostas pelos educadores seriam as diferentes linguagens (visuais, corporais, performáticas, artísticas, verbais e não verbais), a fim de fazer do processo de investigação do mundo uma atividade lúdica.

Por exemplo, diante do problema: “Por que os educandos do Programa não podem utilizar a piscina do clube?”, o educador proporia a investigação das diferentes relações culturais, sociais, históricas, ambientais, que se dão em torno do tema ÁGUA. Nesse exemplo, vemos que o tema gerador das discussões, reflexões e investigações emerge do grupo, em decorrência de um problema real. A isso chamamos de problematização. Problematizar é tomar um objeto e investigar por que ele se constitui como problema. A água pode ser um tema problemático por diferentes razões: seja porque a água do planeta está se esgotando, seja porque o uso da piscina é vetado para uns e não para outros, ligando-se as relações de classe. É por isso que, mesmo sendo eleito por duas turmas ao mesmo tempo, um mesmo tema gerador pode não se constituir como problema da mesma forma para um e para outro. O objetivo da investigação é alcançar uma resposta para o problema que, mesmo não o solucionando de imediato, incite sua compreensão e alimente ações que contribuam para sua superação. As respostas são sempre provisórias porque nunca abarcamos todas as facetas de um problema. Isso, no entanto, não invalida o processo investigativo, já que, na tentativa de responder à interrogação que nos inquieta, somos mobilizados, arrebatados de nosso lugar-comum e transformados no processo de pesquisa.

As linguagens que usaríamos durante a investigação do tema dado no exemplo da água seriam diversas. Poderíamos propor aos educandos que entrevistassem sócios do clube e com esse objetivo exploraríamos esse tipo de linguagem – o que é uma entrevista? Como se faz? Quais as questões que elaboraremos? Utilizaremos gravadores? Como se faz uma transcrição de fitas? O processo de uma entrevista envolve tanto os códigos da língua oral quanto da escrita e, na tentativa de responder a nosso problema, estaríamos desenvolvendo as ferramentas necessárias à sua execução. Poderíamos montar uma peça de teatro que retratasse nosso desejo de usar a piscina e o sentimento de frustração advinda de não ter acesso a ela. Apresentaríamos nosso espetáculo aos sócios e cantaríamos ao final uma canção de Gilberto Gil em que ele nos lembra que “a força que mora n’água não faz distinção de cor”, assim como também não faz distinção de classe, gênero ou religião. Poderíamos elaborar cartazes e tentar descobrir se outros grupos, outras sociedades, também têm seu acesso à água vetado – como? de que forma? Como resolveram seu problema? A isso chamamos de roda de investigação temática: um processo de pesquisa lúdico e criativo baseado na ação/reflexão/ação.

O segundo bloco horário seria destinado à alimentação, à higiene dos educandos e às conversas e brincadeiras descompromissadas das rodas de amigos em que tanto se aprende. O segundo bloco também pode se desenvolver em 1h 20 mas, caso os educadores considerem que esse tempo é excessivo para tal fim, poderíamos destinar ao 1º e 3º blocos, 1 hora e 30 minutos, destinando somente 1h para o 2º bloco.

No terceiro bloco horário, o objetivo não seria a investigação temática, mas o conhecimento e aprimoramento de técnicas específicas oferecidas em forma de **oficinas** pelos educadores. Voltemos à nossa AABB hipotética. Nela, cada um dos seis educadores - que no primeiro bloco assumiu o papel **generalista** de mediador de uma determinada investigação por meio de ferramentas lúdicas – assumiria, nesse terceiro bloco horário, o papel de **especialista**.

Suponhamos que, dentre os seis educadores, temos um mestre de capoeira, uma artista plástica, um violeiro, uma dançarina e uma professora de português. Sem perder de vista o caráter lúdico do programa, cada um ofereceria, nesse momento, uma oficina voltada para sua área de especialidade. As cinco oficinas seriam oferecidas simultaneamente nos três dias de funcionamento do Programa com dez vagas cada uma, e cada educando poderia escolher, a cada semestre, as três oficinas das quais

gostaria de participar. João quer fazer capoeira na segunda, música na terça e participar da oficina de contadores de histórias oferecida pela professora de português na quarta. Já Maria quer fazer dança na segunda, capoeira na terça e artesanato na quarta. Garantiríamos, assim, tempo o bastante para o desenvolvimento do pensamento por meio da ludicidade no primeiro bloco e tempo para o aprimoramento da ludicidade por meio da livre escolha do pensamento no terceiro bloco. Isso não quer dizer que só se pensa no primeiro bloco e só se brinca no terceiro, haja vista que nossa proposta educativa é interdisciplinar. A questão não é de exclusividade, mas de ênfase em determinados objetivos. Resumindo a proposta num quadro, teríamos:

Carga horária	1º dia	2º dia	3º dia	Objetivos Propostos
1º bloco 1h 20 (ou 1h30)	Rodas de investigação temática	Rodas de investigação temática	Rodas de investigação temática	Oferecer atividades temáticas, utilizando linguagens diferenciadas. Esse momento propicia a investigação, a exploração de problemas por meio de diferentes linguagens. O educador atua como generalista
2º bloco: 1h 20 (ou 1h)	Alimentação, higiene e livre sociabilização	Alimentação, higiene e livre sociabilização	Alimentação, higiene e livre sociabilização	Trabalhar alimentação, saúde, higiene bucal e corporal e sociabilização autônoma dos grupos
3º bloco 1h 20 (ou 1h30)	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Desenvolver as habilidades específicas. Educador atua como especialista

Tendo em vista que nem todas as AABB atendem em três dias, havendo aquelas que funcionam em quatro ou cinco dias; tendo em vista também que os quadros de educadores e suas especialidades são diferentes de município para município e que o número de educandos por AABB é variável, é importante destacar que a sugestão dada anteriormente deve comportar variações. O fundamental é garantirmos o espaço para que a interdisciplinaridade aconteça e que a rede de saberes que venha a se constituir como currículo do Programa parta de problematizações reais dos grupos de educandos atendidos, mediados por educadores que se alternem entre os papéis de especialistas e generalistas.

Outro ponto importante de ser ressaltado é que as ações do programa são, em sua integralidade, voltadas para o apoio à educação e não para o apoio à escola, haja vista que o modelo de escola vigente ainda hoje – salvo raras exceções – não traduz nossos anseios por uma pedagogia da autonomia. A escola tradicional e autoritária, essa nós queremos destruir para o surgimento de algo novo. Não faria sentido apoiá-la. Não se trata de romper relações com a escola e desconsiderar o acesso a ela como

um direito constitucional dos educandos. Trata-se de tomá-la como parceira e atuar junto a ela como agentes de transformação, mostrando a seus gestores e professores que é possível educar por via do prazer e não da dor.

Apoiar a educação não significa submeter o Programa às regras da escola e àquilo que ela considera como verdade curricular. Isso quer dizer que o apoio escolar não é um momento específico das atividades, muitas vezes confundido com o chamado “reforço escolar”, mas o conjunto de todas as experiências educativas que se realizam no clube, tendo o Programa como pretexto e motivação.

A idéia de reforço escolar é uma forma de responsabilizar exclusivamente o educando pelo fracasso de sua aprendizagem, sem rever as contribuições dos paradigmas escolares para tal fracasso. Tendo em vista que só se reforça aquilo que se considera fraco e que a medida dessa fraqueza é unicamente o educando, a escola e seus educadores acabam por escapar da obrigação de se auto-avaliar, eximindo-se de toda e qualquer responsabilidade pelo desenvolvimento cognitivo do educando e passando-a para outros agentes externos, tais como, por exemplo, os educadores do Programa.

Se a “lição de casa”, por exemplo, existe, é porque a maioria dos educadores considera que o tempo escolar não é suficiente para o aprendizado e que logo é preciso passar para o tópico seguinte do currículo. Não se considera a heterogeneidade de ritmos que faz de um grupo um conjunto de singularidades. O tempo é concebido de forma linear e não como uma rede de várias temporalidades cujas velocidades são diferentes. Concebendo o tempo como uma linearidade, os educadores acabam por dividir o grupo entre os avançados e atrasados como se o processo de conhecer fosse uma evolução contínua.

Quando a escola abrir mão de seu impulso megalomaniaco por quantidade de informações transmitidas e aceitar deter-se de formas variadas em cada tipo de conhecimento, primando pela qualidade do aprendizado e respeitando os ritmos diferentes de cada educando, tanto a “lição de casa” quanto o reforço escolar perderão o sentido de sua existência.

Acreditamos que a maior contribuição que podemos dar a essas crianças e adolescentes não é assumir o papel da escola ou reproduzir aquilo que ela considera correto e verdadeiro, mas fomentar a formação de valores, atitudes e conhecimentos que possam contribuir na luta por um mundo mais democrático, onde a diversidade da vida seja considerada e os direitos de todos sejam respeitados e garantidos.

O Programa Integração AABB Comunidade e o direito à convivência familiar e comunitária: uma proposta metodológica de integração

Prof^a.Dr^a. Maria Stela Santos Graciani

O ECA estabeleceu novos princípios de proteção e de atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os âmbitos de sua vivência e seus direitos.

Os programas de atendimento à infância e adolescência precisaram efetivar um reordenamento institucional de várias naturezas: proposta político-pedagógica; restauração física e de infra-estrutura; formação continuada dos participantes, dentre outros aspectos. Na proposta político-pedagógica o projeto deve prever, não só um trabalho qualificado com as crianças e os adolescentes, mas com a família e a comunidade.

As famílias sofreram grandes mudanças nos últimos 40 anos, mais ou menos, e essas mudanças ainda não terminaram. Uma delas, bem significativa, foi a diminuição de número de filhos, que decidem que devem ou podem ter, principalmente porque ter e criar filhos custa hoje muito caro e não se tem com quem e onde deixá-los.

Neste sentido, o atendimento personalizado e em pequenos grupos foi privilegiado, a fim de propiciar um desenvolvimento, um crescimento e maturação adequados do ponto de vista biopsicocultural de qualidade, com participação efetiva dos atores principais nas atividades lúdicas, de ampliação do conhecimento e de inserção como cidadãos em sua família e comunidade.

O fato é que temos muita dificuldade para ensinar certas virtudes e atitudes na convivência, porque nós mesmos não mais as exercemos. Como ensinar a ceder se sequer no trânsito somos capazes de permitir que outro carro entre à nossa frente? Como ensinar a tolerância se não suportamos o que é diferente? Como ensinar a dialogar se não sabemos ouvir? Como ensinar a esperar a vez se fazemos de tudo para ser os primeiros?

Portanto, o Programa Integração AABB Comunidade exige dois princípios básicos:

- caminhos que restabeleçam ou estabeleçam vínculos com as famílias (de origem ou substitutas);
- manutenção ou inserção das crianças e dos adolescentes na comunidade.

Para tanto, os gestores do Programa, os educadores sociais, precisam:

1º Manter a preservação dos vínculos familiares, por meio de:

- informações sobre as famílias de origem (registradas);
- apoio às famílias em situação de desagregação;
- não desmembramento de grupos de irmãos no Programa.

2º Apoiar a reestruturação familiar, através de:

- realização de visitas domiciliares periódicas;
- acompanhamento social em parceria com o poder público (secretarias ou departamentos de assistência social);
- organização de reuniões ou grupos de discussões e apoio sistematicamente, com as famílias;
- estímulo às famílias e seus representantes à participação no conselho deliberativo participativo do Programa;
- encaminhamento para inserção em programas de auxílio / proteção à família.

OBS. Manter um banco de dados de todos os programas municipais, estaduais e federais que apóiem essas iniciativas.

3º Incentivar a convivência com outras famílias, através de:

- estímulo à integração de famílias no Programa, com atividades afins (horta, artes, contador de histórias, costura, etc.);
- manutenção do programa de intercâmbio de crianças e adolescentes que passam um dia na família dos colegas;
- Incentivo à manutenção de atividades de apadrinhamento de outras famílias do município / cidade em relação às crianças da AABB, para essa convivência;
- efetivação de passeios, visitas integradas entre as famílias;
- motivação para efetivar cooperativas de geração de renda.

Essas atividades promovem o direito da convivência familiar e se integram às atividades cotidianas do projeto político-pedagógico, provocando um atendimento aprimorado das múltiplas relações entre os participantes e outros que não conhecem as atividades de complementaridade escolar de AABB. Em relação às crianças e adolescentes, fortalecem: auto-estima, consolidação de laços afetivos, familiaridade com rotinas diferenciadas.

Quanto ao direito à convivência comunitária, foram considerados dois princípios fundamentais:

- 1º estímulo a inserção das crianças e adolescentes na vida da comunidade local;
- 2º estímulo à participação pessoal na comunidade.

Para tanto, os gestores do Programa e os educadores deverão:

- 1º propiciar conhecimento às crianças e adolescentes sobre os serviços básicos oferecidos na comunidade além da escola, como, por exemplo: cursos de profissionalização, serviços de arte, música, cultura, esportes, recreação, assistência médica e odontológica sistemática municipal;
- 2º Proporcionar conhecimentos sobre atividades de que poderiam participar na cidade, como: organização de torneios esportivos, grupos de teatro, fóruns da criança e do adolescente, atividades na Câmara Municipal, movimentos sociais, grêmios estudantis.

Esses procedimentos educativos de caráter cívico facilitarão o estabelecimento de novos vínculos e relações afetivas, bem como a organização de práticas e rotinas institucionais, contribuindo para a visão crítica e consolidação da noção do direito à igualdade das pessoas que vivem na sociedade. Afinal, as crianças e os adolescentes precisam ser acolhidos, protegidos e assistidos.

As ações de convivência comunitária solidificam a noção de participação, de organização, aproveitando o potencial de cada um, permitem vivenciar a democracia, conhecer novos valores e a rede de sociabilidade, que nos ensina novas formas de agir, sentir e realizar desejos pessoais e sociais.

Esses critérios de trabalho pedagógico estimularão atividades e iniciativas de ações de convivência familiar e comunitária.

A avaliação emancipatória do Programa exige indicadores: objetivos estratégicos e com visão cidadã.

Prof.^a. Dr.^a Maria Stela Santos Graciani²⁴

A avaliação emancipatória, que no Programa Integração AABB Comunidade ocorre de forma permanente, no sentido de promover, construir e desenvolver cidadania plena, tanto durante o processo bem como nos produtos que obtém, com uma proposta educativa libertadora, tenta, por meio da complementaridade escolar, contribuir, de maneira lúdica, para consolidar iniciativas que favoreçam a melhoria das condições de vida da infância e da adolescência e daqueles que as cercam, via proteção integral, conforme preconiza o ECA²⁵.

Para efetivar com mais objetividade e com estratégias mais eficazes e eficientes o processo avaliativo de nossas ações educativas, considerando que esse empreendimento infanto-juvenil é prioridade absoluta em inúmeros municípios brasileiros, apoiados pela FENABB²⁶ e Fundação Banco do Brasil, definimos alguns indicadores e princípios norteadores que devem ser observados por todos os envolvidos direta, ou indiretamente, no projeto político pedagógico de cada AABB.

O atendimento infanto-juvenil deve ser integral, pois a criança e o adolescente devem encontrar meios de se expressar, por inúmeras linguagens - gestos, artes, desenhos, danças, música, dentre outras – devem ser ouvidos, não só em sua fala, mas em seu semblante, seu olhar, sua postura, sua cultura, seus sentimentos, devem ser parceiros no processo educativo, como sujeitos da ação, que sugerem, propõem, participam da atividade como protagonistas, devem ser percebidos como agentes transformadores dos próprios hábitos, costumes, crenças, e de suas famílias. Estas devem ser entendidas para além do núcleo tradicional – pai, mãe e irmãos - como o agrupamento que os acolha, valorize, ou os eduque.

Por outro lado, os familiares devem fazer parte de todas as ações que ocorrem nas atividades educativas, participando efetivamente, não só nos eventos, festejos, comemorações, mas, sistematicamente, em todas as propostas em que seus filhos(as) estão envolvidos, e principalmente no Conselho Deliberativo, onde a matriz das decisões fundamentais deve ser tomada por todos os representantes da AABB.

É importante frisar que nas propostas político pedagógicas do Programa deve estar inclusa a importância da imprescindível participação da Comunidade, onde se levam em conta as condições culturais, sociais, econômicas das crianças, dos adolescentes e suas famílias, respeitando a diversidade e o multiculturalismo.

Há necessidade de buscar parcerias que fortaleçam as iniciativas e contribuam com as propostas, seja voluntariamente, prestando serviços, seja com doações específicas para implementação da ação pedagógica, bem como com apoio financeiro para eventuais projetos conjuntos. O importante é formar uma rede de proteção social, que mobiliza, articula, organiza e participa ativamente em todos os momentos do Programa.

Podemos pensar, portanto, numa matriz de princípios norteadores, e seus indicadores fundamentais, que poderão servir de balizadores avaliativos de todas as iniciativas importantes do Programa Integração AABB Comunidade:

²⁴ Professora doutora em educação e administração escolar pela USP, professora de sociologia e pedagogia social da PUC-SP, e coordenadora do Núcleo de Trabalhos Comunitários – NTC PUC/SP2006

²⁵ ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente Lei n.º 8069/90 - 13/07/90

²⁶ FENABB - Federação Nacional das AABB.

a) Quanto ao atendimento da Criança e do Adolescente:

- 1º Promover um atendimento que possibilite a atenção integral à criança e ao adolescente / direito à educação, à saúde física, mental e emocional, estimulando o seu pleno desenvolvimento, crescimento e maturação.
- 2º Propiciar à criança e ao adolescente meios de expressar-se e de ser ouvidos, parceiros e protagonistas em seu processo de educação.
- 3º Desenvolver ações para promoção da cidadania da criança e do adolescente, tais como, documentação de identidade legal (registro civil), matrícula e permanência na escola, entre outras possibilidades.
- 4º Estimular atividades lúdicas que caracterizem o desenvolvimento físico, psíquico e mental da criança e do adolescente, criando vínculos entre educador / educando, educador / educando e família.
- 5º Conceber a desnutrição como conseqüência de diversas causas: infraestrutura, renda das famílias, falta de política pública, dentre outras, propondo intervenção a elas relacionada.
- 6º Ter a diversidade e o multiculturalismo como valores, promovendo a inclusão e a convivência (familiar e comunitária) construtiva de relações de respeito entre as crianças e adolescentes, considerando as diferenças de gênero, origem, etnia, religião, classe social etc.
- 7º Considerar e perceber a criança e o adolescente como agentes transformadores dos próprios hábitos e também dos da família.
- 8º Realizar, quando necessário, ações de inclusão de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais.

b) Quanto à ação com a família da criança e do adolescente:

- 1º Valorizar e apoiar a Rede de Proteção Básica Social da criança e do adolescente para além da visão nuclear da família (pai, mãe e filhos/as).
- 2º Promover ações socioeducativas de apoio e orientação familiar, tanto em relação à educação e ao cuidado integral com as crianças e os adolescentes quanto à melhoria de suas condições de vida.
- 3º Esgotadas as possibilidades de permanência na família de origem, estimular a vivência da criança ou adolescente em outras formas de convivência familiar (família substituta, adoção, tutela etc. ver ECA).
- 4º Investir em ações estruturadas que apresentem melhoria da condição de vida da família com crianças e adolescentes, por exemplo: construção de cisternas, inclusão em programas oficiais de geração de emprego e renda, em programas para dependentes químicos, portadores de HIV etc.
- 5º Promover os valores culturais das famílias das crianças e dos adolescentes, como construção social, história, regionalismo etc.

c) Quanto à ação com a comunidade:

- 1º Estimular a atuação comunitária, visando à participação concreta nas iniciativas do Programa, principalmente no Conselho Deliberativo.

- 2º Incluir na proposta político-pedagógica o conhecimento e valorização da comunidade, considerando aspectos históricos, culturais, ambientais, geográficos, étnicos, de gênero, da cidade/ Município.
- 3º Respeitar a diversidade e o multiculturalismo, levando em conta as condições culturais, sociais e regionais das crianças e adolescentes, suas famílias e sua comunidade.
- 4º Estimular o brincar individual e coletivo da comunidade, promovendo ações lúdicas e criando espaços físicos e sociais a eles destinados, e às apresentações que são capazes de se efetivar no âmbito da cidade, uma vez que todos os adultos são autoridades responsáveis por eles.
- 5º Convocar a participação de vários órgãos governamentais ou não governamentais para participação no Conselho Deliberativo.

d) Quanto ao relacionamento com a escola:

- 1º Efetivar sistematicamente o encontro com os professores dos alunos que freqüentam o Programa, para uma relação mais interativa.
- 2º Propiciar condições de avaliar a produtividade de aprendizagem dos alunos e desempenho na escola.
- 3º Proporcionar interação entre as várias escolas participantes do Programa para troca de experiências referentes aos alunos.
- 4º Promover encontros de formação conjunta entre os educadores do Programa e da Escola.

e) Quanto à equipe de trabalho:

- 1º Desenvolver uma ação integrada e respeitosa na equipe.
- 2º Conceber a formação inicial e continuada como um processo permanente, como relação dinâmica entre o conhecimento do formador e a prática dos envolvidos na ação educativa (inclusive pessoal da limpeza, de cozinha, da administração).
- 3º Incluir no plano de discussão a importância do cuidado e do brincar, e as fases do desenvolvimento da criança e do adolescente, com atenção integral (saúde, higiene, alimentação, meio ambiente, limpeza), buscando entender a educação como fator primordial do Programa.
- 4º Proporcionar uma relação adequada entre a quantidade de crianças e adolescentes atendidos e os adultos responsáveis pelo serviço oferecido, garantindo a qualidade do atendimento.
- 5º Propiciar condições para a auto-formação na educação à distância, a fim de que a consciência crítica, a responsabilidade social e a construção permanente de novas atitudes e posturas possam florescer.

f) Quanto à gestão:

- 1º Seguir as orientações básicas do caderno de procedimentos, referentes às atividades, à relação entre os gestores e às articulações necessárias para um bom e qualificado processo de atendimento do Programa.

- 2º Apresentar estratégias de articulação com todos os atores sociais e o poder público, envolvidos na atuação do Programa.
- 3º Realizar planejamento com metodologias adequadas e instrumentos de registro, monitoramento e avaliação constante do trabalho realizado.
- 4º Demonstrar que o trabalho desenvolvido pode ser analisado qualitativa e quantitativamente em todos os seus aspectos.
- 5º Aprender a fazer planilhas de custos para facilitar a apresentação de relatórios de despesas coerentes e viáveis.

Esta matriz de princípios, com seus respectivos indicadores, poderá demonstrar o tipo de atendimento dado às crianças e adolescentes e a relação que o Programa mantém com a família e a comunidade, como a equipe de trabalho executa suas ações educativas e os processos de gestão, detectando os pontos fortes e as fragilidades, que poderão ser revistas e redimensionadas após análise crítica efetivada sobre nossa prática social, no Programa Integração AABB Comunidade:

- a) ressaltando as maiores qualidades do Programa e o que é considerado inovador;
- b) destacando as dificuldades apresentadas e desafios a ser superados;
- c) elencando possíveis novidades pedagógicas para trocar experiências e intercambiar com outras AABB, a fim de replicá-las e disseminá-las para outras iniciativas parceiras.

Sabemos da importância deste Programa, não só por sua abrangência nacional, como também pela quantidade de crianças e adolescentes atendidos, e pelo empenho de seus gestores institucionais ligados ao Banco do Brasil e à Universidade, mas consideramos os protagonistas de cada canto ou lugar os fundamentais atores sociais para o êxito e aprimoramento educacional, pelo atendimento em período integral, por seu caráter de inclusão efetivo e por se proporem a formar agentes sociais de mudança e transformação social.

A SISTEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS – refletindo as ações e aprendendo com elas.

Ana Karina Barbosa Sampaio²⁷

*Escrevo porque à medida que escrevo vou entendendo o
que quero dizer, entendendo o que posso fazer (...)*

Clarice Lispector

I - INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a importância da sistematização como recurso importante e que possibilita a construção do conhecimento mediante as experiências vividas ao longo do percurso trilhado por todos os atores envolvidos no Programa Integração AABB Comunidade. Para tanto, tomamos como referência os estudos de Oscar Jara Holliday²⁸, que muito vem contribuindo nos discursos acerca do assunto.

Se pararmos, de fato, e começarmos a folhear relatórios, fotos, vídeos e materiais trabalhados, muitos sentimentos serão ativados, lembrados, uma vez que os materiais acima descritos fazem parte de um acervo que guarda a história das ações desenvolvidas ao longo do processo educativo; e, conseqüentemente, nossa memória fará um resgate do processo que representa o nosso caminhar, com histórias de conquistas, desafios, dificuldades, dilemas e que nos instigam, mas que não imobiliza; pelo contrário, nos convida a dar passos mais largos.

Muitas crianças e adolescentes chegam nos Clubes das AABBs para um convívio com uma proposta diferenciada de educação, que prevê um apoio educacional que possa, efetivamente, ampliar sua formação como um ser integral, ser este que é entendido em nossa proposta de educação como sujeito da ação que está se desenvolvendo em seus aspectos biopsicossociais, portanto necessita de apoio educacional que o forme como sujeito de direito. Dessa forma, acredita-se que essas crianças e adolescentes encontraram no programa um espaço acolhedor, afetivo, que possibilita a dignificação desse período tão especial e conflitante da vida, a infância e adolescência.

Sem dúvida, ao longo de nossas experiências, temos muitas histórias para contar, compartilhar, trocar, escrever e reescrever. Afinal, em algumas AABBs o Programa já possui uma certa consolidação das experiências vividas; em alguns, os primeiros passos foram dados, em outros, a idéia pode estar sendo concebida. O fato é que muitas ações são desenvolvidas sob a perspectiva de entrar em contato com o mundo do conhecimento que é articulado com os saberes de cada integrante do grupo, que traz, em particular, um ponto de vista sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. É com base nesses olhares que saímos das experiências de forma diferente, porque, a cada vez que saímos de um processo vivido, somos transformados, jamais seremos os mesmos, porque estamos sempre aprendendo e ensinando.

Daí, surge uma pergunta, a qual nos incide uma responsabilidade. De que forma estamos saindo das experiências vivenciadas no Programa? Como estamos aprendendo com elas? Seus resultados, sejam eles positivos ou negativos, ajudam a construir o conhecimento do grupo? Ou, ainda, como sistematizar as ações para que

²⁷ Educadora do NTC - Núcleo de trabalhos Comunitários da PUC-SP. Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

²⁸ Educador popular e sociólogo, coordenador do programa latino-americano de Sistematização de Experiências e diretor do Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, em Costa Rica.

possamos, a partir delas, refletir sobre as mesmas, analisá-las, criticamente, para com elas aprender?

Desejamos, com este texto, não responder a tais questões, mas iniciar uma discussão sobre a sistematização das experiências vividas como um recurso importante de registro das mesmas, para que possamos, de forma eficiente, produzir novos conhecimentos, comunicá-los e compartilhá-los com outras experiências. Por isso, nossa reflexão passa por três pontos fundamentais, definir uma concepção para a sistematização, discutir sua importância e indicar uma dentre tantas outras formas de assim fazê-la.

II – O QUE É SISTEMATIZAÇÃO?

A sistematização pode ser entendida sob diferentes perspectivas. Há quem se refira a ela como um processo de reconstrução ordenada da experiência²⁹ ou como processo produtor de conhecimentos³⁰.

Em relação ao primeiro pensamento, a sistematização concebe a questão como processo de resgate da experiência vivida, com o objetivo de organizar o caminho percorrido, seus processos e seus resultados. Aqui, a idéia de ordenação de um processo que envolve diversos atores, a sistematização, prevê o sentido ou o significado que o processo representou para o grupo.

Já no entendimento do segundo conceito, outros autores e autoras acentuam seu caráter de produção de conhecimentos. Aqui, entende-se a sistematização como um processo cumulativo e permanente de “criação de conhecimentos a partir de nossa experiência de intervenção numa realidade social, como um primeiro nível de teorização sobre a prática. Nesse sentido, a sistematização representa uma articulação entre teoria e prática(...)”³¹.

Portanto, a sistematização, na ótica descrita acima, nos apresenta dois caminhos. O primeiro está relacionado com a melhoria da prática, a intervenção, a partir do próprio aprendizado que temos com ela. O segundo diz respeito ao enriquecimento mediante o confronto da nossa prática com o conhecimento teórico existente, de forma que este último possa contribuir, como ferramenta importante, para entender a realidade e assim poder transformá-la.

A propósito dos conceitos que circulam sobre sistematização, cabe-nos um questionamento muito sério. O que vem a ser, de fato, a sistematização do conhecimento?

Acreditamos, portanto, que a sistematização é uma etapa da construção do conhecimento que tem por objetivo o registro e aplicação do conhecimento que foi tematizado valendo-se da análise tanto das situações-problema iniciais quanto de outras que podem ter surgido ao longo do processo.

Holliday (2005:154) aborda as questões referentes à sistematização e, para tanto, parte de uma consideração básica. Afirma que, quando se fala em sistematização, fala-se de um exercício que se refere às experiências práticas concretas. Portanto, diz que:

(...) a sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, permite extrair seus ensinamentos, descobrindo ou explicitando a lógica do processo vivido, os fatores

²⁹ Martinic, Sergio: Algumas categorías de análisis para a sistematización. CIDE-FLASCO, Santiago. 1989.

³⁰ Taller Permanente de Sistematización, CEAAL-Peru:Y cómo lo hace? Propuesta de método de sistematización. Lima, 1992.

³¹ Taller Permanente de Sistematización, CEAAL-Peru:Y cómo lo hace? Propuesta de método de sistematización. Lima, 1992.

que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (...).

Partindo dessa conceituação podemos dizer que a sistematização é uma importante etapa no processo das descobertas de novos saberes. Ela serve, dessa forma, para:

- Compreender as experiências realizadas para melhorá-las.
- Compartilhar com outras práticas no processo vivido.
- Conduzir a reflexão dos conhecimentos surgidos de práticas concretas.
- Produzir novos conhecimentos.

A partir do pensamento sobre o que é a sistematização e para que ela serve, agora apresentamos os passos metodológicos que guiam a sistematização, segundo Holliday (2005):

1. O ponto de partida:

É necessário haver os registros das experiências vivenciadas, sejam eles anotações reflexivas do dia-a-dia no Programa, planejamentos, avaliações processuais dos educandos e educadores, atividades realizadas, fotografias, gráficos, mapas, desenhos, enfim, todos os materiais utilizados no processo. A partir deles é possível reconstruir o momento de como foi o processo. Essa atividade não é específica do educador, cabe a ele orientar o educando para o registro significativo das experiências realizadas.

2. As perguntas iniciais:

A partir dos registros é importante perguntar:

- Para que queremos sistematizar? (Definir o objetivo) - Essa pergunta define o objetivo da sistematização, para ter, de forma mais clara, o sentido, a utilidade, o produto e o resultado esperado da sistematização;
- Que experiências queremos sistematizar? (Delimitar o objeto) Essa pergunta é importante porque se trata de escolher a ou as experiências a serem sistematizadas sob critérios do objetivo, da consistência da experiência, dos participantes no processo de sistematização.
- Quais aspectos centrais dessas experiências nos interessa sistematizar? (definir um para a sistematização) - Representa um fio condutor que perpassa a experiência, portanto um eixo central. É importante decidir, coletivamente, quais aspectos da experiência são relevantes, para registrá-los, pois eles representam os postos que servem para construir novos conhecimentos ou simplesmente resignificá-los.

3. Recuperação do processo vivido

Este é um passo importante na medida em que temos que reconstruir a história, além de ordenar e classificar as informações.

Na reconstrução da história temos condições de obter uma visão mais generalizada para a construção de uma cronologia e, assim, acompanhar o processo. Resgatando o processo vivido, tem-se a oportunidade de registrar os acontecimentos significativos. Ao ordenar e classificar as informações podemos avançar para realmente decidir o que deve ser levado em conta para permitir a reconstrução precisa dos diferentes aspectos da prática, tais como:

- ✓ Objetivos previstos.
- ✓ Necessidades apontadas pelo grupo.
- ✓ Conteúdos trabalhados e o porquê.
- ✓ Enganos e dificuldades.
- ✓ Ações geradas pelo programa.
- ✓ Principais ações que foram realizadas.

4. Reflexão de fundo

Processo de duração indeterminada, dependendo do objeto e objetivo da sistematização. Para realizar uma reflexão de fundo será necessário fazer um exercício analítico para localizar as tensões, ou seja, as dificuldades que marcaram o processo; e, com essas informações, realizar uma síntese que dá elementos para a elaboração da sistematização da prática, sendo a avaliação processual um elemento que ajuda a identificar as principais dificuldades da aprendizagem do grupo, assim como as dificuldades de colocar o planejamento em ação.

Holliday (2005) exemplifica essa ação com os seguintes questionamentos:

- ✓ Houve mudanças nos objetivos? Por quê?
- ✓ As necessidades se mantêm iguais? No que mudaram?
- ✓ Que mudanças ocorreram na relação dos envolvidos? Que tensões e contradições ocorreram? A que se devem? Mantêm-se?
- ✓ Que ações demonstram que se ganhou em autonomia?
- ✓ Que fatores (do nosso trabalho e externo a ele) incidiram em maior autonomia? Houve superação das dificuldades?

5. Pontos de chegada

Finalmente, a última etapa da proposta de sistematização apresentada pelo autor em questão é uma forma de concluir o processo, trata-se de encontrar respostas às perguntas levantadas nas etapas anteriores. Lembramos que tais respostas devem apontar para o alcance ou não dos objetivos propostos.

Durante todo o processo pedagógico, desde o diagnóstico - investigação (necessidade de trabalho), a tematização (eixos de trabalho), é na etapa da sistematização que a aprendizagem é comunicada, isto é, o momento em que o grupo aprende com as experiências, uma vez que percorremos as ações buscando a compreensão de como se deu o processo e, conseqüentemente, uma forma de gerar conhecimento com nossa própria prática.

Nos pontos de chegada, confirmamos o que foi tematizado, planejado, avaliado, o que gerou novos conhecimentos, se podemos teorizar a prática, após a análise crítica do processo vivido. Desse modo os registros fornecem um importante suporte para a sistematização de uma forma em que o grupo tenha construído o conhecimento de sorte que possa interagir com as atividades propostas dentro do programa, bem como desenvolver habilidades no trabalho com as diversas linguagens.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização representa, para nós, um desafio, pois na prática deparamos com uma série de dilemas no momento de realizá-la, dentre os quais podemos citar o fato de não ficarmos apenas na reconstrução do processo vivido, mas que haja, com a sistematização, uma análise crítica da experiência, para que possamos melhorar nossa prática, confrontá-la com outras, além de enriquecer nosso repertório teórico.

Podemos entender que tal dilema nos solicita, de certa maneira, uma capacidade criadora, porque devemos escolher opções perante uma grande variedade de modalidades, uma vez que desenvolvemos ações que apontam para vários objetivos a ser alcançados. Nesse sentido, Oscar Jara afirma não haver receitas para a sistematização, o que há é uma escolha que nos impulsiona a desenvolver um estilo próprio e adequado às condições reais sob as quais nossas ações, experiências são desenvolvidas.

Referências Bibliográficas:

Coleção memória pedagógica, n 4 : Paulo Freire, a utopia do saber. Rio de Janeiro : Ediouro; São Paulo: Seguimento Duetto, 2005.

FREIRE, Paulo. (1996). Pedagogia da autonomia. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

_____.(2002). Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 9ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1966). Educação como prática de liberdade. 23ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.

HOLLIDAY, Oscar Jará. (1998). Para Sistematizar Experiências. UFPB,-Equip, João Pessoa – Paraíba.

HOLLIDAY, Oscar Jará. (2005) Como sistematizar? Uma proposta em cinco tempos. In: Diálogos com Paulo Freire. BORGES, Liana & BRANDÃO, Sérgio Vieira (org). Tramandaí: Isis.

PADILHA, P. R. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire. V. 7.

www.alforja.or.cr/sistem

Caderno A – Relações Sócio-Político-Administrativas – 2001/2002

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Breve Histórico do Programa Integração AABB Comunidade	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini	O texto apresenta um breve histórico do Programa AABB Comunidade e seu processo de implantação. Também trata das parcerias entre a Fenabb, Fundação Banco do Brasil, Municípios e o NTC-PUC/SP, e a relação entre o Banco do Brasil, o programa AABB Comunidade, o funcionamento do Conselho Participativo Deliberativo.	Parceria, Parceria Locais, Parcerias Sociais, AABB, NTC, Fenabb, Conselho Participativo Deliberativo.
Relações entre as organizações governamentais e não governamentais (ONGs)	Prof ^o Dr.a Maria Stela Santos Graciani	Apresenta um breve histórico das relações entre o Estado (organizações Governamentais) e a sociedade civil (organizações não governamentais), o papel desempenhado pelos movimentos sociais, principalmente na área da infância e juventude e toda a mobilização em torno Estatuto da Criança e do Adolescente. Também situa o protagonismo das organizações não governamentais no que tange ao controle social sobre as políticas públicas, principalmente as relacionados à infância e juventude.	Estado, Ong's, Movimentos Sociais, Democracia Participativa, ECA, Conselhos Tutelares, Conselho de Direitos, Gestão Pública.
Relações Interpessoais e Institucionais: a participação da Família, da Escola e da Comunidade no processo educativo das crianças e adolescentes.	Prof ^a Dr ^a Maria Stela Santos Graciani	Trata de apresentar um sistema integrado no processo de aprendizagem, envolvendo a escola, a família, a comunidade e o programa AABB Comunidade e os desafios interpessoais e interinstitucionais oriundos dessa relação.	Escola, família, Comunidade, Poder Local, cidadania, gestão democrática.
Cidadania e Solidariedade: discutindo as Políticas Públicas para crianças e adolescentes	José Carlos Picolo	Apresenta uma análise das políticas públicas e de atendimento na área da infância e juventude relacionadas à Educação, Saúde e Direitos, enfoca as diretrizes dessas políticas envolvendo ações na esfera pública.	Educação, educação infantil, educação fundamental, educação de nível médio, educação de jovens e adultos, saúde, direitos das crianças e dos adolescentes, políticas de atendimento.

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
O Programa Integração AABB Comunidade diante da Proposta Atual de Trabalho Voluntário	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	Neste texto, o autor apresenta o conceito de voluntariado e seus diversos usos no decorrer da história, típica a natureza de algumas ações voluntária, como as de caráter assistencialista, o voluntariado de caráter político e a de caráter neoliberal, em que este substitui as ações do estado na execução das políticas sociais.	Voluntariado, Previdência social, Neoliberalismo, assistencialismo.
Promover os direitos da Criança e do Adolescente é um dever de todos	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini	Texto escrito para subsidiar a atuação de educadores e oficinairos e que participaram da I Conferencia Lúdica regional dos direitos da Criança e do Adolescente ocorrido em São Paulo, apresenta dados sobre a realidade social de crianças e adolescentes da cidade de São Paulo com a finalidade de se pensar propostas para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.	Políticas de atendimento, violência, discriminação, educação, maioria penal, protagonismo juvenil, lazer, ludicidade.
Formas de Gestão: municipalização e fundos municipais	Marcos Barreto	Apresenta o formato da municipalização das políticas sociais e o mecanismo de repasse de recursos públicos para implementação. Destaca as dificuldades para exercício do controle social sobre a utilização desses recursos e propõe a criação de organismos de controle por parte da sociedade civil.	Municipalização, fundos municipais, controle social, democratização, gestão.

Caderno B – Relações Político-Pedagógico – 2001/2002

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Ludicidade: Instrumento Construtor de Conhecimento	Profª Drª Maria Stela Santos Graciani	O texto apresenta uma reflexão sobre os espaços lúdicos de crianças e adolescentes, principalmente em relação aos pertencentes às classes populares. Traz também uma discussão sobre a importância da ludicidade no contexto da educação e socialização de crianças e adolescentes.	Ludicidade, processo de aprendizagem, corporeidade, projeto pedagógico e cidadania.

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Sexualidade e Educação	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	O texto busca introduzir o leitor em uma reflexão sobre o conceito de sexualidade buscando entendê-lo para além dos aspectos biológicos. Também busca ressaltar os aspectos culturais e afetivos que a envolve ao destacar a relação entre desejo e prazer: dimensões que devem ser consideradas num trabalho pedagógico sobre a temática.	Sexualidade, desejo, prazer, relações de gênero, respeito à diversidade.
Os Instrumentos Legais que embasam a Pedagogia dos Direitos	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini	Neste texto iremos abordar o marco legal, as diretrizes e as novas concepções que fundamentam a pedagogia. A discussão e assimilação destes novos valores se apresentam como um desafio para todos os educadores que se propõem a se sujeitos históricos e transformadores da realidade social.	Direitos Humanos, democracia, participação popular, conselhos deliberativos, educação tradicional e educação libertadora.
Planejamento Participativo e Avaliação Diagnóstica	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	O objetivo do texto é conceituar o planejamento como uma ação pedagógica participativa e presente no cotidiano dos seres humanos como parte de sua vida social. Busca também apresentar uma reflexão sobre a avaliação diagnóstica como primeira etapa de um planejamento conseqüente e como atividade política necessária à implementação de todo processo democrático.	Planejamento participativo, avaliação diagnóstica, reflexão, organização, seleção e decisão.
Autonomia na Prática Educativa: Trabalhando Limites e Regras	José Carlos Picolo	O presente texto apresenta uma discussão em torno da questão da autonomia no processo educativo, trazendo uma reflexão sobre os aspectos importantes sobre disciplina no ambiente educacional, instigando os educadores a uma organização educativa que permita o exercício da autonomia.	Autonomia, disciplina e relações sociais.

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Pedagogia Social: A Formação do Cidadão e o Educador Social como Agente de Mudança	Profª Drª Maria Stela Santos Graciani	A construção da pedagogia social aponta para as principais contradições existentes na sociedade brasileira para a necessidade de uma nova concepção de educação que possa mobilizar, a partir da discussão sobre os direitos, as crianças e adolescentes na elaboração de uma projeto de vida. O educador social tem um papel preponderante na organização e desenvolvimento desta concepção, uma vez que as relações educacionais com crianças e jovens passam de um patamar de transmissão e submissão as regras para uma ação que contribua com o desenvolvimento da autonomia e os tornem protagonistas do seu processo educativo.	Pedagogia social, contradições sociais, construção do conhecimento, projeto de vida e teoria-prática.
Discutindo as Diferentes Linguagens na Educação Social: Apoio ao ensino Básico	Profª Drª Maria Stela Santos Graciani	O presente texto traz uma discussão a respeito da questão da ludicidade, com enfoque nos brinquedos e brincadeiras criados e recriados pelas camadas populares e suas relações com os conhecimentos socialmente elaborados, sobretudo os que estão sendo trabalhados no ensino básico. Dessa forma, os mais diferentes ambientes sócio-culturais contribuem na transformação de nossos educandos e na construção de sua existência.	Ética, compaixão, inteligência, competição, educador social, atitude e método de ensino e pesquisa.
Cotidiano Violento: As Situações Geradoras de Violência	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini	O texto propõe uma reflexão sobre as dimensões da violência e a sua presença no cotidiano, apontando situações reais de violência.	Dimensões da violência, violência urbana, políticas sociais, violência sexual, violência física, violência psicológica e intervenção do educador.

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Poder e Autoritarismo na Sociedade Brasileira	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	O intuito é caracterizar a sociedade brasileira como uma sociedade calcada num autoritarismo vivenciado ao longo de sua história e refletir sobre o papel da educação na transformação dessa estrutura de poder.	Poder, autoritarismo, democracia, democracia participativa e sociedade autoritária.
Refletindo sobre a Pedagogia para a Profissionalização de Adolescentes do Programa Integração AABB Comunidade	José Carlos Picolo	O texto apresenta a situação das crianças e adolescentes trabalhadores e as estratégias de superação, bem como o panorama da educação profissional e suas perspectivas de futuro. Traz uma reflexão sobre a elaboração de um projeto de educação profissional considerando os seus aspectos relevantes.	Habilidades, competências, projeto e projeto pedagógico.
O Papel da Pesquisa-ação na Prática Social Educativa	Prof ^a Dr ^a Maria Stela Santos Graciani	O presente texto tem por objetivo indicar aos educadores do Programa Integração AABB Comunidade a importância de sistematização da ação pedagógica por meio do seu registro. Esse registro possibilita não só a reflexão individual como também coletiva sobre a ação pedagógica e seus resultados e, por consequência, a construção coletiva do conhecimento.	Pesquisa-ação, conhecimento, projeto educativo e liberdade.

Caderno C: Relações Sócio-Afetivas – 2001/2002

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Imagem e auto-imagens do Educador(a) comprometido com a Transformação Social	Prof ^a .Dr. ^a Maria Stela Santos Graciani	O texto visa a discutir e refletir sobre as imagens e representações sociais com que os educadores(as) se projetam ou são por elas projetados, através de seus diferentes papéis como sujeitos do ato educativo. Propõe-se a discutir os desafios da prática educativa e as virtudes do educador (a) a partir da visão freireana.	Prática Educativa Politicidade da Educação Aprendizagem Cidadã Competência Científica Projeto Pedagógico

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Identidade e Educação	Márcio Leopoldo Gomes Bandeira	O texto discutirá o conceito de identidade entendendo-o como um processo social, cultural e político de extrema relevância para a luta contra as relações de dominação e para relações de dominação e para formação e para a formação do cidadão crítico, atuante e responsável. Uma nova concepção de Identidade faz-se necessária, portanto, em qualquer projeto educacional que se pretenda horizontal e democrático.	Identidade, Alteridade, Transformação, História de vida, Preconceito, Auto-Conhecimento, Conhecimento do Outro, Identidade Institucional, Memória-Processo.
A Afetividade na Construção da Prática Pedagógica: Relação entre Autoridade X Autoritarismo	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini	O texto propõe uma reflexão sobre a ética da relação pedagógica entre educadores e educandos, partindo da afetividade, para a construção de sujeitos autônomos. Discorre sobre autoridade democrática contrapondo-a às relações autoritárias existentes nos espaços educativos.	Afetividades, Autoridade, Democracia, autoritarismo.
Profissionalização	José Carlos Picolo	O presente texto apresenta as tendências do mundo do trabalho e coloca a questão da profissionalização como um desafio a ser enfrentado pelos educadores.	Trabalho, Tendências, Desafios.

Caderno D – Relações Culturais – 2001/2002

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
A Construção do Conhecimento: Discutindo o Conceito de Cultura	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	O texto pretende refletir sobre o que significa falar em “construção do conhecimento, partindo da realidade do aluno”, situando esta discussão no campo de amplos significados do conceito de Cultura. Propõe-se a explicar a trajetória histórica desse conceito como forma de entender sua importância crucial para a prática educativa.	Cultura, Civilização, Evolucionismo, Realidade do Educando, Construção do Conhecimento, Modos de Vida, Diversidade, Transformação, Diálogo.

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Consciência do Corpo e Corporeidade na Prática Social e Educativa	Prof ^a .Dr ^a . Maria Stela Santos Graciani	O texto enfatiza a importância da consideração e a conseqüente desejada leitura do corpo e da corporeidade humana como ferramenta para a construção de uma pedagogia dialética. Por meio dessa prática, pode-se elaborar atividades que considerem e valorizem as particularidades sociais dos indivíduos forjados pelos costumes do meio social donde se desenvolvem suas identidades.	Corpo, Corporeidade, Gestualidade, Cultura, Movimento, Socialização, Representação Social, Identidade, Ciclo de Vida, Tempo e Espaço.
O Uso das Diferentes Linguagens na Educação	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini	A discussão das linguagens compõe a essência deste texto. Desta forma, serão abordadas as possibilidades que o trabalho pedagógico possui para desenvolver no educando habilidades que contribuem para maior compreensão de si e da realidade em que vive.	Linguagem, Cinema, Teatro, Música, Criação.
Meio Ambiente e Sociedade, as Relações Homem natureza e a Preservação dos Recursos Naturais para a Melhoria da Qualidade de Vida.	José Carlos Picolo	O presente texto apresenta as condições ambientais do planeta e principalmente desafios ambientais que estaremos enfrentando neste século XXI. Aborda as condições históricas de como chegamos a esta condição ambiental em que vivemos. Propõe diferentes propostas para o desenvolvimento de projetos que podem ser desenvolvidos com as crianças e adolescentes que contribuem para a mudança de atitude em relação ao meio ambiente.	Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Industrialização, Projetos Ambientais, Produção, Planejamento Ambiental, Gerenciamento.

Caderno A – Relações Sócio-Político-Administrativas – 2003/2004

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Avanços e Desafios da Participação Política: A Questão dos Conselhos dos Direitos	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini	O texto traz a discussão do processo de participação política nos Conselhos dos Direitos, bem como os avanços e os desafios para seu fortalecimento.	Democracia Participativa, Democracia Representativa, Conselhos dos Direitos e Fóruns de Participação.

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Relações Interpessoais e Inter-Institucionais no Programa Integração AABB Comunidade	Graziela Santos Graciani	O texto instiga à reflexão de como nós, educadores, inseridos numa sociedade que se configura por múltiplas dimensões, nos comportamos e como são construídas as relações dentro do grupo de trabalho. Foram abordados também aspectos relativos à interação entre os diferentes grupos ou parceiros que são responsáveis pelo andamento do Programa. Por fim, além de fortalecer a parceria com a escola, família e comunidade, reafirmamos a necessidade de buscar novas parcerias em nível local, estadual e nacional para complementar a prática do Programa nos diversos segmentos onde atua.	Indivíduo, Grupo, Sociedade, Gestão Democrática, Parcerias, Relação Interpessoal e Inter-istitucional
A Importância da Participação Social, Educativa e Política no Conselho Deliberativo	Juliana Santos Graciani	A democracia participativa é um modelo de vivência comunitária que rompe com a estrutura do capitalismo, que propõe o individualismo como a melhor maneira de tomada de decisões. A efetivação da participação no Conselho Deliberativo ocorrerá quando os membros que o compõe admitirem sua condição de sujeitos de direitos, acreditarem na socialização e construção de conhecimentos coletivos e co-gestados e viabilizarem diversas formas de pertencimento a esse grupo social. Priorizar espaço em sua vida para vivência comunitária e disposição interna, são condições que favorecem a participação.	Sujeito de Direitos, Socialização de conhecimento, Formas de pertencimento, Participar é ter responsabilidade, Acreditar é querer realizar
Exclusão e Responsabilidade Social: Em Busca de Novas Parcerias	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	O texto busca discutir a importância do conceito de responsabilidade social tendo como recorte o problema da exclusão social no Brasil e a necessidade de busca de novas parcerias para o Programa AABB Comunidade.	Exclusão Social, Desigualdade Social, Pobreza Econômica, Processos Discriminatórios, Globalização, Responsabilidade Social , Novas Parcerias

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
A Construção do Processo de Autogestão na Consolidação do Programa AABB Comunidade	Profª Drª Maria Stela Santos Graciani	O texto tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a cultura solidária como ponto de partida para a construção coletiva, a autogestão e emancipação para a consolidação de uma história mais humana, igualitária e justa para todos.	Cultura Solidária, Construção Coletiva, Cooperação, Inclusão Social, Emancipação

Caderno B – Relações Político-Pedagógicas – 2003/2004

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Cultura e Educação: Contribuições para uma Pedagogia Multiculturalista	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	O texto propõe uma reflexão conceitual acerca das formas de interpretação das diferenças entre os grupos humanos, lançando mão de uma comparação entre as perspectivas etnocêntricas e multiculturalistas a fim de iluminar as relações entre experiências culturais diversas e opções político-pedagógicas.	Etnocentrismo, Multiculturalismo, Cultura.
Pedagogia da Autonomia como Prática de Liberdade	Graziela Santos Graciani	O texto reflete brevemente sobre a Concepção de Educação Tradicional, e em contraposição, aborda alguns pressupostos da Pedagogia da Autonomia, que visa a transformação da realidade social, com o objetivo de instigar os educadores do Programa Integração AABB Comunidade a refletirem sobre sua prática educativa e reconhecerem seu caráter político-pedagógico.	Interesses Econômicos e Ideológicos, Manutenção, Autonomia, Responsabilidade, Consciência, Participação, Emancipação, Transformação.
A Construção das Relações Socioafetivas na Família e seu Papel na Educação dos Filhos	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini	O texto pretende problematizar com os educadores a reflexão sobre a família. É abordado o papel da família na educação dos filhos, as relações socioafetivas e a centralidade da família nas políticas sociais. Aspectos estes, amplamente discutidos por profissionais das áreas humanas e sociais na atualidade.	Família-Comunidade, Relações Socioafetivas, Políticas Sociais.

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Múltiplas Linguagens e Inúmeras Possibilidades Pedagógicas para Aprender Valores	Profª Drª Maria Stela Santos Graciani	O texto discute e reflete sobre o ensinamento dos valores, por meio de linguagens pedagógicas diferenciadas, que venham reafirmar as convicções dos Educadores Sociais e que conscientizem os educandos pelo exemplo, pela coerência e acima de tudo pela verdade desvelada	Sociedade Global, Anômala e Desigual, Etnia, Valores, Transformação, Conflito, Afetividade, Violência, Coesão Social, Justiça Social, Desenvolvimento Pessoal e Social, Respeito, Tolerância, Liberdade, Autoestima, Autoconfiança, Autovalorização, Autodeterminação, Atitude, Postura, Referencial, Cooperação, Interatividade, Co-responsabilidade, Participação, Mediação de Conflitos.
Aspectos do Desenvolvimento Psicossocial da Criança e do Adolescente	Juliana Santos Graciani	O texto desenvolve o conceito de que o Ciclo Vital do Desenvolvimento Humano é dividido em fases contínuas, progressivas e que são compostas por conflitos particulares, contidos em cada etapa: a infância, a adolescência, o jovem adulto, o adulto e o idoso. Discute essa fase de transição abordando o papel do Educador Social como mediador no auxílio dos conflitos que aparecem tanto na criança como no adolescente, favorecendo a reflexão, o enfrentamento e a superação, visando o desenvolvimento da cidadania.	Ciclo Vital do Desenvolvimento Humano, Lutos: do Corpo Infantil, da Identidade Infantil e dos Pais da Infância, Desestruturação da Identidade Infantil e Reestruturação da Identidade Adulta.
A Importância de um Planejamento Participativo Interdisciplinar	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	O texto situa o leitor nos princípios fundamentais de um planejamento participativo e interdisciplinar, ressaltando sua importância para a efetivação dos objetivos do Programa Integração AABB Comunidade, primando pela coerência em relação as suas premissas.	Integração, Problematização, Temas Geradores, Interdisciplinaridade, Sistematização, Intervenção na Realidade.

Caderno C – Relações Socioambientais – 2003/2004

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Os Desafios e as Perspectivas do Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável	Profª Drª Maria Stela Santos Graciani	O texto propõe uma reflexão sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável e consumo consciente sob a perspectiva dos diversos desafios encontrados no atual sistema capitalista ao passo que aponta possíveis alternativas políticas comprometidas com o equilíbrio do meio ambiente e inseridas numa visão ética de cidadania planetária.	Sistema capitalista, organização da produção, riqueza, pobreza, humanidade, subsistência, sobrevivência, tecnologia, poluição, ecologia.
Carta da Terra: Princípios e valores para a Construção de uma Sociedade Sustentável	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini	O texto procura refletir sobre os principais perigos do planeta Terra que colocam em risco a humanidade e toda vida nela existente. Aborda os princípios e valores que confrontam a lógica perversa do capitalismo, instigando a todos para a construção de uma sociedade planetária, justa, sustentável e igualitária.	Carta da Terra, participação social, Sociedade ecologicamente sustentável, Justiça social
Gestão Sociambiental Participativa	Graziela Santos Graciani	O texto propõe a reflexão sobre a Gestão Sociambiental Participativa fundamentada pelos princípios da visão sociambiental da Carta da Terra e da Agenda 21. O foco central do texto é a necessidade de participação nas diversas instâncias de participação que dizem respeito à problemática, com o objetivo de promover qualidade de vida e uso racional dos recursos naturais. E, finalmente, pontua os parâmetros pedagógicos e metodológicos do “Projeto Sou Mais Nós no AABB Comunidade”, ressaltando o papel do educador engajado na questão ambiental e comprometido com a transformação da realidade social.	Gestão Participativa, Realidade social, Questão ambiental

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Ações e Estratégias para a Atuação na Gestão Participativa Socioambiental	Juliana Santos Graciani	O objetivo do texto é refletir sobre associações e cooperativas que funcionam como alternativas ao sistema capitalista. Além disso, aborda o trabalho com as famílias dentro do Programa Integração AABB comunidade, o qual se apresenta como alternativa de geração de renda e preservação ambiental. Aponta a Agenda 21, Global e Local, como estratégias de preservação ambiental e de participação social	Alternativa econômica Preservação ambiental Agenda 21 Local Agenda 21 Global
Do luxo ao Luxo: a exploração das Fontes energéticas como problemas Socioambientais	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	O texto visa introduzir a discussão sobre problemas ambientais contemporâneos de extrema relevância: a produção de resíduos e sua intrínseca relação com a exploração energética. Ates, contudo, busca construir um conceito de meio ambiente capaz de conta das complexas relações processuais entre cultura, natureza e sociedade de consumo.	Meio ambiente Natureza Cultura Multiplicidade ambiental Fonte de Energia Luxo x lixo

Caderno D – Conflitos Contemporâneos e Possibilidades de Superação – 2003/2004

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Construindo Espaços para a Inserção do Adolescente Trabalhador	Francisca Rodrigues Pini	O texto reflete sobre as possibilidades de iniciação profissionalizante dos adolescentes, sobre trabalho educativo e os desafios a serem enfrentados pelos programas sociais.	Iniciação Profissionalizante, Trabalho Educativo e Programas Sociais.
Rompendo o Circuito da Violência Doméstica	Francisca Rodrigues Pini	O texto discute a violência doméstica, as relações de poder desenvolvidas dentro do lar, as características das vítimas e o papel do educador neste contexto.	Relações de Poder, Violência Doméstica e Compromisso Social.
Mediação de Conflitos Interpessoais na Convivência Cotidiana	Graziela Santos Graciani	Neste texto é abordada a questão dos conflitos interpessoais nas relações sociais. A Mediação de Conflito e seus pressupostos são apresentados como uma forma de encaminhar os conflitos existentes, com destaque ao papel do educador-mediador.	Conflitos Intrapessoais, Conflitos Interpessoais, Mediação de Conflitos, Convivência e Intervenção Construtiva.

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Protagonismo Juvenil e Desenvolvimento Local	Graziela Santos Graciani	O texto reflete sobre a importância e necessidade da participação juvenil em ações e decisões que fazem parte de suas realidades, enfatizando o quanto esse processo contribui para a construção da identidade cidadã dos educandos. O texto se posiciona em relação ao Protagonismo Juvenil dentro do Programa Integração AABB Comunidade abordando brevemente os passos necessários para essa intervenção pedagógica.	Protagonista, Atores, Participação, Credibilidade, Identidade, Desenvolvimento Local, Ação e Planejamento.
Dialogando sobre a Juventude Contemporânea Brasileira	Profª Drª Maria Stela Santos Graciani	O texto visa refletir sobre a Juventude Contemporânea em sua diversidade constitucional, elencando os principais desafios de sua caracterização cotidiana e seu papel como atores sociais emergentes na definição das políticas públicas e no exercício da cidadania.	Juventude Contemporânea, Diversidade, Ator Social, Cidadania e Políticas Públicas.
Uso de drogas: Construindo Alternativas de Prevenção	Juliana Santos Graciani	O texto discorre sobre a concepção de drogas, os tipos de uso, as abordagens relativas aos temas, além de refletir as possibilidades de um trabalho preventivo, principalmente com a população infanto-juvenil.	Drogas, Tipos de Uso, Tipos de Prevenção e Fatores Protetores.
O Diálogo: uma Prática Construtora do Conhecimento e da Democracia	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	O texto tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre a importância do diálogo para a sociedade contemporânea, contrapondo ao modelo monológico da educação tradicional, uma perspectiva democrática e participativa de atuação político-pedagógica.	Conhecimento, Informação, Diálogo, Democracia e Autonomia.

Caderno A – Educação Ambiental – Recursos Hídricos – 2005/2006

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
O Marco Matricial do Programa Integração AABB Comunidade Articulado com o Projeto Olhos N´água	Juliana Santos Graciani	A autora busca resgatar o processo de construção do Projeto Olhos N´água, como mais um investimento que o programa faz em busca de contribuir com a rede de educação socioambiental no Brasil. Ressalta também os principais objetivos de atuação dos participantes do Programa Integração AABB Comunidade: pesquisa, formação, intervenção e participação política.	Responsabilidade social, engajamento, comprometimento, gestão integrada, participação e amor pelo planeta.
Compilação dos Dados do Diagnóstico Nacional Socioambiental	Graziela Santos Graciani	Neste texto a autora dar uma devolutiva da primeira etapa do Projeto Olhos N´água “Diagnóstico Nacional Socioambiental do Programa Integração AABB Comunidade. Retrata a conjuntura das atividades de educação ambiental que estão sendo realizadas pelo programa e analisa como estão as águas nos diversos territórios brasileiros. Além de pesquisar a implementação da lei federal dos recursos hídricos 9.433/97 e criar novos indicadores para a atuação em educação socioambiental em parceria com diversos atores sociais.	□ções ambientais, destinação dos resíduos sólidos, □ções□ão, leis estaduais das águas, situação dos esgotos, situação das águas, abastecimento de água, procedência da água, parceria, Comitês de Bacias Hidrográficas e Câmara Técnica.
Síntese do Relatório sobre os Encontros das Águas	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	Este texto é uma síntese feita pelo o autor do Relatório sobre os Encontros das águas, resultado da segunda etapa do Projeto Olhos N´água “Encontro das águas” que foi realizado no ano de 2005 em Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília com os educadores dos programa que responderam o “Diagnóstico Nacional Socioambiental” e afirmando que desenvolviam □ções em educação ambiental. Estes encontros propiciaram a troca de experiências em educação socioambiental, discussão da lei federal dos recursos hídricos, criação de novas propostas e ampliar da participação dos programas com a realização da ação multiplicadora.	Troca de experiência, história da educação ambiental, gestão integrada dos recursos hídricos, planejamento estratégico da ação multiplicadora, reflorestamento, preservação dos rios, coleta seletiva, parcerias, desenvolvimento de projetos, conscientização e sensibilização.

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
Crimes Ambientais e o educador ecologizador	Marcos Eduardo Ferreira Marinho	Este texto é um esforço que o autor faz para atender as solicitações feitas pelos participantes dos encontros das águas, para aprofundar o conceito desenvolvido na oficina “marco legal, social e políticos” que foi discutido como metodologia de empoderamento dos educadores e educandos frente a efetivação das legislações ambientais pertinentes a prática educativa socioambiental do Programa Integração AABB Comunidade. Discute o artigo 225 da Constituição Federal, a Lei dos Crimes Ambientais – 9.605/98, Lei das Águas 9.433/97 e os mecanismos de participação da Política Integrada do Meio Ambiente.	Ação Popular, Ação Civil Pública, Ministério Público, protagonismo infanto-juvenil, Conselho Nacional dos Recursos hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, Política Integrada dos Recursos Hídricos.
Quem ama cuida: o planeta clama por cuidados diversificados	Profª Drª Maria Stela Santos Graciani	A autora escreve sobre a sua indignação frente tantas violações dos direitos humanos e ambientais que estão ocorrendo no planeta terra. Justifica que o Projeto Olhos N'água nasce como tentativa de contribuir com outras ações de educação socioambiental que vem sendo desenvolvidas para garantir, defender, promover e fiscalizar os direitos sociais e ambientais. Mostra também a importância histórica da educação ambiental desde a primeira Conferência relacionada ao Meio Ambiente “ Conferência de Estocolmo”. Ela aborda a participação social dos educadores, famílias e educandos como instrumento fundamental do controle social para a sustentabilidade de tudo e de todos que compõem a vida do planeta terra, ou seja, a biodiversidade deve ser assegurada. E ainda coloca o Projeto Política Pedagógico como fato importantíssimo o enfrentamento de tantas mazelas socioambientais.	Pedagogia Freireana, Projeto Olhos N'água, cidadão planetário, participação, controle social, criatividade, articulação, construções variadas, quem ama cuida do planeta terra, proposta política libertadora, desigualdade social e analfabetismo.

Textos	Autores	Resumos	Palavras-Chave
A confecção do Brinquedo de Sucata e sua dimensão cultural, pedagógica, psicológica, na perspectiva da construção da consciência ecológica	Profª Drª Maria Stela Santos Graciani	A professora discute a partir do texto a importância da brincadeira como um dos direitos fundamentais garantido no ECA, bem como o papel do adulto da família, da escola, do programa e da comunidade no processo de construção junto com a criança e o adolescente. Para tratar desta temática ela fala da sua própria vida quando criança e logo depois mostra a sua justa indignação das causas geradoras do desequilíbrio socioambiental e coloca o processo de ensino aprendizagem da construção do brinquedo de sucata para problematizar o brinquedo no sistema capitalista, a socialização de saberes da criatividade humana, a reflexão crítica sobre a implementação dos direitos da criança e do adolescentes, a construção de novas propostas sustentáveis.	Estatuto da Criança e do Adolescente, construção do brinquedo, história de vida, amor, paciência, criar, recriar, inovação, flora, fauna, bricabilidade, originalidade, extinção dos animais, lixo atômico, socialização,

ANEXOS

**NÚCLEO DE TRABALHOS COMUNITÁRIOS – N.T.C.
PUC/SP**

Ficha de Cadastro

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: () _____ E.mail: _____

RG: _____ CPF: _____

<p>1- Idade: () até 20 anos () 21 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () + de 50 anos</p> <p>2- Sexo: () feminino () masculino</p> <p>3 - Estado Civil: _____</p> <p>4 - Religião: _____</p> <p>5 - Faixa salarial : () menos que 01 sal. mín. () 01 salário mínimo () 1 e meio a 2 salários () 2 e meio a 3 salários () 3 e meio a 4 salários () + que 04 salários outra _____</p>	<p>10 – Você ou alguém da sua equipe já participou da Formação do Projeto Alimentação Sustentável? () Sim () Não</p> <p>11- Escolaridade: () ens. fund. incompl. () ens. fund. compl. () ens. médio incompl. () ens. médio compl. () ens. superior incompl. () ens. superior compl. () especialização: _____ () mestrado: _____ () doutorado: _____ Qual Curso? _____</p> <p>12 - Já participou da Formação Inicial? () Sim () Não Em que ano? _____</p>
---	---

Auto-retrato aos 56 anos

Graciliano Ramos

Nasci em 1892, em Quebrangulo, Alagoas
Casado duas vezes, sete filhos
Altura 1,75
Sapato nº 41
Colarinho nº 39
Prefiro não andar
Não gosto de vizinhos
Detesto rádio, telefone e campainhas
Tenho horror às pessoas que falam alto
Uso óculos. Meio calvo
Não tenho preferência por nenhuma comida
Não gosto de frutas nem de doces
Indiferente à música
Minha leitura predileta: a Bíblia
Escrevi “Caetés” com 34 anos de idade
Não dou preferência a nenhum dos meus livros publicados
Gosto de beber água ardente
Sou ateu. Indiferente à Academia
Odeio a burguesia. Adoro crianças
Romancistas brasileiros que mais lhe agradam: Manoel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz
Gosto de palavrões escritos e falados
Desejo a morte do capitalismo
Escrevi meus livros pela manhã
Fumo cigarros “Selma” (três maços por dia)
Sou inspetor de ensino, trabalho no “Correio da Manhã”
Apesar de me acharem pessimista, discordo de tudo
Só tenho cinco ternos de roupa, estragados
Refiz meus romances várias vezes
Estive preso duas vezes
Sou indiferente a estar preso ou solto
Escrevo à mão
Meus maiores inimigos: Capitão Lobo, Cubano, José Lins do Rego e José Olympio
Tenho poucas dívidas
Quando prefeito de uma cidade do interior, soltava os presos para construírem estradas
Espero morrer com 57 anos

Oficina Análise Conjuntura da Infância e Adolescência

Roteiro de observação do vídeo:

- Quais os acontecimentos? (quem participa?, onde acontece?)
 - Qual o ponto de vista dos protagonistas?
 - Qual o ponto de vista dos cineastas?
 - Qual o seu ponto de vista?
 - Que sentimento o filme desperta em você?
 - Compare as cenas do Trailer com as discussões prévias realizadas no seu grupo.
-

Filmografia:

- Cronicamente Inviável
- Má Educação
- Sociedade dos Poetas Mortos
- Romeu e Julieta
- Meu Nome é Rádio
- Tomates Verdes Fritos
- Quanto Vale ou é por Quilo
- Como Água para Chocolate
- R\$ 1,99
- Comer, Beber e Viver
- Vatel um Banquete sobre o Rei
- Banquete de Casamento
- A Festa de Babete
- A Comilança
- O Discreto Charme da Burguesia
- Meninos não Choram
- A Culpa é da Água
- Dog Ville
- Beleza Americana

Os 8 Objetivos do Milênio

Em 2000, a ONU - Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio que são **8 Jeitos de Mudar o Mundo**. Juntos nós podemos mudar a nossa rua, a nossa comunidade, a nossa cidade, o nosso país.

- 1 - Acabar com a fome e a miséria
- 2 - Educação de qualidade para todos
- 3 - Igualdade entre sexos e valorização da mulher
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil
- 5 - Melhorar a saúde das gestantes
- 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças
- 7 - Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente
- 8 - Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento

1. ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA

Neste momento, milhares de pessoas estão passando fome no Brasil e no mundo. A fome é consequência da pobreza e também sua causadora. Para romper este círculo vicioso, é fundamental unir toda a sociedade. Só dessa forma será possível garantir a condição básica de direito à vida: viver sem fome.

SUGESTÕES DE AÇÕES:

- * Elaborar e distribuir material orientando sobre o que é uma boa alimentação;
- * Buscar parcerias que ajudem a enriquecer a merenda escolar;
- * Formar um grupo de mães ou merendeiras que ensinem o melhor aproveitamento dos alimentos, para evitar desperdícios;
- * Fazer um Mural da Cidadania em sua escola. Pesquise e divulgue ofertas de trabalho, cursos de capacitação profissional e geração de renda e serviços à comunidade (saúde, documentos, previdência, bolsa-família, etc).

Você sabia que no Brasil há alimentos suficientes para alimentar toda sua população? Apesar disso, no nosso país, 29% das pessoas estão abaixo da linha da pobreza e apresentam deficiência alimentar.

2. EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS

Não há o que discutir, todos têm direito a educação de qualidade. Entretanto, não é bem isso o que acontece, pois muitas pessoas não chegam a completar o ciclo básico.

SUGESTÕES DE AÇÕES:

- * Escolher as matérias de que você e seus amigos mais gostam e têm facilidade. São nessas matérias que vocês podem ajudar alunos de séries anteriores;
- * Falar com os professores e se oferecer como voluntários, pois com certeza os professores saberão quem quer ajuda;
- * Identificar os alunos que estão faltando muito às aulas e incentivá-los a voltar a freqüentar a escola;
- * Fazer e manter uma biblioteca alegre e acolhedora, e mostrar que a leitura é um prazer;
- * Fazer um levantamento dos analfabetos em seu bairro e incentivá-los a freqüentar um curso de alfabetização;
- * Mostrar que atividades recreativas e esportivas também são educativas. Disciplina, respeito e cooperação podem ser reforçados nesses momentos.

O Brasil é o sétimo país do mundo em número de analfabetos, sendo que 18 milhões destes nunca passaram pela escola.

3. IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER

A história do mundo nos mostra que durante muito tempo os homens e as mulheres não tinham os mesmos direitos e deveres. Em alguns países isso ainda acontece. Em outros, as mulheres conquistaram direitos que antes lhes eram negados.

SUGESTÕES DE AÇÕES:

- * Visitar a câmara municipal, entrevistar as vereadoras e conhecer suas propostas para ajudar as mulheres de sua cidade;
- * Divulgar que existem, nas grandes cidades, centros de atendimento para mulheres, onde elas podem denunciar a violência e ter um acompanhamento físico e psicológico;
- * Identificar e divulgar novas oportunidades de trabalho para mulheres;
- * Incentivar ações que estimulem as mulheres a buscar alternativas de geração de renda.

No Brasil, as mulheres chegam a ganhar até 40% a menos do que os homens para exercer o mesmo trabalho.

4. REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

Em nosso país muitas crianças morrem antes de completar o primeiro ano de vida. As causas são inúmeras, como a desnutrição a falta de acompanhamento pré-natal e durante o parto. Melhorar a saúde materna ajuda a reduzir a mortalidade infantil.

SUGESTÕES DE AÇÕES:

Fazer campanhas para mostrar:

- * Como as vacinas protegem o bebê;
- * Como a higiene pode evitar algumas doenças;
- * Nutrição adequada para o bebê;
- * Importância do aleitamento materno.

No Brasil, a mortalidade no primeiro ano de vida é de 27,8 para cada 1.000.

5. MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES

Em nosso país muitas mães morrem no parto ou logo após. As causas são inúmeras, como a assistência médica inadequada, a falta de preparo das mães para se cuidar durante a gestação e a desnutrição. Melhorar a saúde materna ajuda a reduzir a mortalidade infantil. A assistência médica inadequada durante a gravidez e o parto pode causar a morte do bebê e da mãe.

SUGESTÕES DE AÇÕES:

Fazer campanha sobre:

- * Planejamento familiar;
- * Prevenção do câncer de mama e de colo de útero;
- * Gravidez de risco;
- * A importância do exame pré-natal.
- * Nutrição da mãe e aleitamento materno.

No Brasil, a mortalidade materna é de 2,6 para cada 1.000.

6. COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Um dos maiores problemas mundiais são as doenças que atingem grande número de pessoas – e sabemos que a prevenção é a melhor maneira de combatê-las.

SUGESTÕES DE AÇÕES:

- * Cuidar de nossa higiene, e incentivar e orientar que outros façam o mesmo;

- * No verão, época de epidemias de dengue, fazer visitas domiciliares para mostrar os locais que podem favorecer a dengue;
- * Incentivar a população a participar das campanhas de vacinação;
- * Fazer campanhas de informação, mobilização e combate à Aids e de outras doenças epidêmicas;
- * Fazer levantamento sobre os serviços disponíveis – remédios, postos de saúde, centros de atendimento.

O Brasil tem o maior número de casos de malária das Américas, e é o terceiro lugar do mundo em incidência dessa doença. Os casos de Aids, no entanto, diminuíram em quase todos os grupos. O único grupo em que houve aumento foi no de mulheres dos 13 aos 19 anos.

7. QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

O desmatamento, o desperdício de água e a produção excessiva de lixo são alguns dos problemas mais graves enfrentados pela humanidade. Cuidar do meio ambiente deve fazer parte de nosso dia-a-dia.

SUGESTÕES DE AÇÕES:

- * Fazer campanhas de uso racional de água e energia;
- * Plantar árvores na escola é uma ótima maneira de cuidar da natureza;
- * Plantar árvores nas ruas também é importante, porém é preciso pedir licença à prefeitura e aos moradores;
- * Implementar a coleta seletiva na escola e no bairro e divulgar o benefício de produtos biodegradáveis ou recicláveis;
- * Realizar mutirões de limpeza e rearborização de praças, rios e lagos.

Apesar de o Brasil ter aproximadamente 12% de toda a água doce do planeta, 22 milhões de pessoas não têm acesso a água de boa qualidade. A água é um recurso natural renovável: rios, lagos e lençóis subterrâneos são capazes de repor seus suprimentos, desde que a humanidade não os esvazie rápido demais ou os contamine.

8. TODO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO

Muitas vezes a solução de um problema pode servir de resposta para outros, principalmente quando pessoas, escolas, governos, sociedade civil, empresas e organizações sociais trabalham juntas.

SUGESTÕES DE AÇÕES:

- * Produzir o jornal da escola e comunicar para todos o que já está sendo feito - nada melhor do que compartilhar experiências;
- * Organizar o grêmio da escola que pode desenvolver atividades como inclusão digital e outros **cursos para geração de renda**;
- * Escolher temas de interesse comum e promover encontros com a comunidade - é fundamental continuar aprendendo coisas novas sempre;
- * O sucesso de um projeto de voluntariado depende das pessoas envolvidas e das parcerias realizadas. Convide amigos, pais, professores, empresas e instituições a participarem. Enquanto o seu grupo faz uma ação, muitos outros também estão fazendo a sua parte.

O trabalho voluntário é quase sempre realizado em parceria. Um bom exemplo de parcerias são as realizadas entre escolas, em que professores e alunos compartilham idéias, espaço e muita criatividade em projetos de voluntariado educativo.

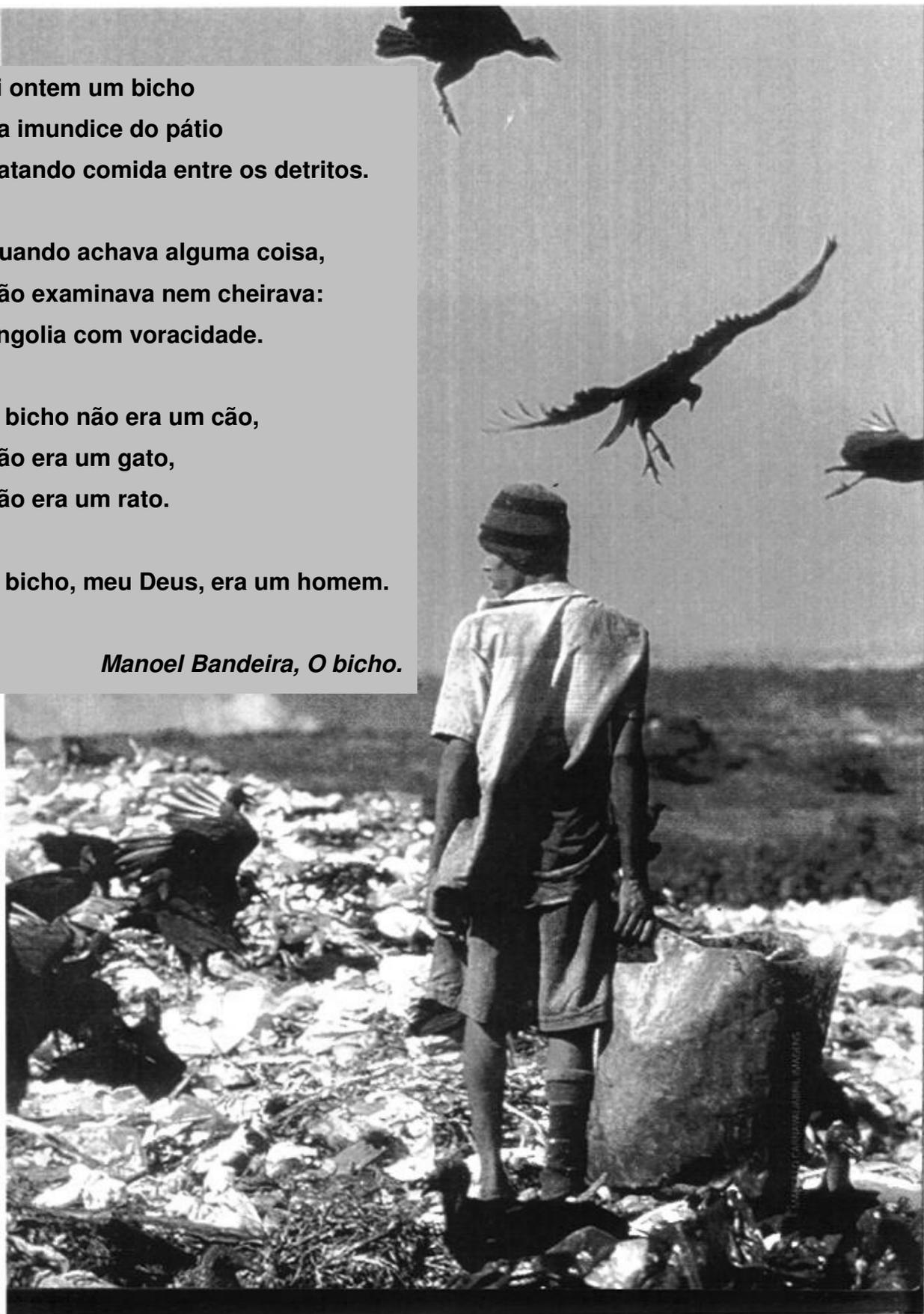
**Vi ontem um bicho
Na imundice do pátio
Catando comida entre os detritos.**

**Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.**

**O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.**

O bicho, meu Deus, era um homem.

Manoel Bandeira, O bicho.



Estratégias de mobilização do Conselho Deliberativo Participativo do Programa AABB Comunidade

Marcos E. F. Marinho³²

Todos nós em muitos momentos ouvimos falar sobre conselhos, “conselho de direitos da criança e do adolescente”, “conselho tutelar”, “conselho nacional de educação”, “conselho nacional de saúde” etc e confundimos estas modalidades de conselho com os que funcionam e compõem as estruturas das organizações sociais, programas e projetos.

Vale frisar, que estes conselhos constituem-se como instâncias importantes de participação, definição das políticas públicas e controle da sociedade sobre a implementação destas, no entanto, não podem ser confundidas com os Conselhos criados e instituídos no interior das organizações sociais e dos programas (muitas vezes por determinação estatutária) como, por exemplo, o AABB Comunidade.

No Programa AABB Comunidade, o **Conselho Deliberativo Participativo** tem outra finalidade, a de garantir a participação de todos os envolvidos direta ou indiretamente com o programa em nosso município, debatendo, opinando e deliberando sobre os rumos e a execução das ações do programa AABB Comunidade local.

Os conselhos representam uma prerrogativa ainda inexplorada e isto se dá pelas mais diversas razões. O grande desafio para o Programa AABB Comunidade é mobilizar as capacidades e os talentos que existem nesses grupos reunidos no **Conselho Deliberativo Participativo**, em benefício do próprio programa.

O **Conselho Deliberativo Participativo** dever estar no centro do programa, e não, isolado da prática e dos problemas. Não pode adquirir um papel simbólico, ao risco de tornar-se pouco a pouco uma idéia ultrapassada e de baixa efetividade.

Esse desafio deve ser encarado por todos os que vêem esse potencial e se sentem co-responsáveis pelo futuro e pelo papel social que o programa AABB Comunidade exerce nos municípios em que atuam, sejam os conselheiros, presidentes das AABB, coordenadores administrativos e pedagógicos ou educadores.

Isso pressupõe uma participação mais efetiva dos coordenadores, pois, coloca os na responsabilidade de subsidiar e assessorar nas tarefas de preparação das

³² Psicólogo e Educador do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP

reuniões do **Conselho Deliberativo Participativo**, fornecendo informações atualizadas, planos e relatórios de desenvolvimento do trabalho.

A atenção dada ao Conselho Deliberativo Participativo trás como conseqüência o desenvolvimento de uma instância que dará suporte em momentos de dificuldade ou em contextos que exijam soluções de amplo alcance.

Um exemplo em que um Conselho pode atuar, refere-se a casos graves de maus tratos ou abuso sexual a crianças e adolescente do programa, situação que exige o encaminhamento de denúncia junto ao Conselho Tutelar, não é recomendado que o educador faça a denúncia, expondo sozinho a represálias, mas leve a questão ao Conselho Deliberativo Participativo e este encaminhe a denúncia de forma coletiva.

Dependendo do perfil dos conselheiros, estes garantirão a disseminação das informações relativas ao Programa AABB Comunidade no município atraindo apoio e reconhecimento das ações desenvolvidas e tirando o programa do isolamento das demais ações sociais do município.

Pela própria natureza do Conselho, em que estão reunidas pessoas com experiências diversas, é importante submeter nossas ações planejadas a escrutínio do conselho para que possam opinar, orientar e propor novos encaminhamentos num trabalho semelhante ao de assessoria, pois é de interesse dos conselheiros que o Programa traga resultados e se caracterize por ser uma iniciativa exitosa e de alta efetividade social no município.

Pra finalizar é importante que o coordenador pedagógico se prepare para as reuniões do Conselho Deliberativo Participativo com alguma antecedência e com muito profissionalismo, reunindo dados, informações e organizando os registros do trabalho para apresentação nas reuniões do Conselho, através de relatórios sintéticos e utilizando as ferramentas e programas de computador, além de vídeos e fotografias que permitam apresentações dinâmicas e garantam a atualização dos conselheiros sobre os rumos e os resultados do programa AABB Comunidade em seu município.

Bibliografia:

SILVA, Antonio Luiz de Paula e – Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem – São Paulo: Global, 2000.

CHIANCA, Thomas – Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil – São Paulo: global, 2001.

Roteiro da Ação Multiplicadora:

O V Encontro teve como principais objetivos:

- Implantar novas visões/aspectos relacionados ao âmbito micro e macro do espaço da ação educativa do Programa Integração AABB Comunidade.
- Resgatar ações educativas que estão sendo desenvolvidas no Programa Integração AABB Comunidade destacando seus desafios e perspectivas com foco na: Educação Continuada a Distância, Projeto Alimentação Sustentável e Educação Ambiental, a partir da troca de experiências.
- Elaborar propostas de multiplicação das atividades vivenciadas no V Encontro de Educadores do Programa Integração AABB Comunidade a partir das demandas locais

Pra tal, foram desenvolvidos os seguintes temas:

- Vivência com Valter Pini (musicalidade)
- Apresentação da funcionalidade do sistema de informação
- Análise de conjuntura da infância e adolescência no Brasil
- Sexualidade
- Alimentação Sustentável e Educação Ambiental
- Rede de Correspondência Nacional
- Conselho Deliberativo Participativo
- Educação Continuada a Distância
- Planejamento e Avaliação das Atividades Pedagógicas

A ação multiplicadora tem por objetivo a socialização dos conhecimentos adquiridos ao longo do V Encontro.

A Metodologia utilizada deve levar em consideração o público alvo escolhido: crianças, adolescentes, grupo familiar, a escola, os sócios do clube, o gerente do Banco, o Conselho Deliberativo, a Prefeitura, os futuros parceiros.

Poderá ser utilizado como estratégias para suas ações multiplicadora: vídeo, painel, palestra, grupo de estudos, seminários, reuniões festivas, apresentações artísticas, como pauta de reunião do Conselho Deliberativo, debates interativos, como aula de complementação escolar ou alguma outra idéia criativa de sua autoria.

No relatório deve constar: data do evento; objetivo geral e específicos, estratégias utilizadas, público alvo, material utilizado, formas de registro e avaliação.

Quanto a avaliação da ação multiplicadora pode ser realizada por ambos os agentes sociais envolvidos no processo: pela equipe pedagógica, pelos educandos, sócios, parceiros locais, presidente da AABB, gerente do Banco do Brasil, etc...

Quanto ao material utilizado descreva-o no relatório a ser enviado.

O registro das ações é um dos aspectos mais importantes do processo pedagógico, seja por fotos, vídeos, slide, banner, folder, painel ou por relatórios, pois favorecem o acompanhamento histórico e desenvolvimental das intervenções realizadas.

O relatório das ações multiplicadoras apresenta dois grandes objetivos; o primeiro é uma exigência de cumprimento de dez horas realizadas no local de trabalho para receber seu certificado de 40 horas relativas ao V Encontro e o segundo é a melhor forma de avaliar se os objetivos do V Encontro foram cumpridos, destacando quais aspectos foram os mais relevantes e com maior frequência apontados pelas AABBs.

O relatório deve ser enviado para o endereço abaixo, no prazo de 45 dias a partir do término do V Encontro.

NTC da PUC/SP

A/C: Educadores do V Encontro

R. Ministro de Godoi, 1181 – Perdizes – SP – CEP: 05015-001

Dúvidas: (0xx11) 3862-5891 / e.mail: ntc@pucsp.br

NÚCLEO DE TRABALHOS COMUNITÁRIOS – N.T.C.
PUC/SP

V ENCONTRO DE EDUCADORES – Avaliação do 1º dia

1. Você considera que a apresentação de Valter Pini foi:

- A. plenamente satisfatória
- B. satisfatória
- C. parcialmente satisfatória
- D. não satisfatória

JUSTIFIQUE sua resposta assinalando, no máximo, 4 itens:

- ampliou meu repertório lúdico-musical
 - aplicabilidade viável ao contexto do programa
 - abriu novas perspectivas
 - pouco tempo para assimilação do conteúdo
 - o tema não condiz com a realidade local
 - atividades musicais propiciam condições espontâneas para o aprendizado
 - o tema não atingiu minha expectativa
 - outros _____
-

2. A apresentação do site do Programa Integração AABB Comunidade foi:

- A. plenamente satisfatória
- B. satisfatória
- C. parcialmente satisfatória
- D. não satisfatória

JUSTIFIQUE sua resposta assinalando, no máximo, 4 itens:

- traz informações necessárias para o bom andamento do Programa
 - site de fácil navegação
 - linguagem de difícil assimilação
 - pouco tempo para assimilação do conteúdo
 - o site oferece interatividade para o usuário
 - conteúdo não contempla as demandas da minha AABB
 - tenho pouca/nenhuma intimidade com a linguagem virtual
 - canal moderno, que vem de encontro com as aspirações dos usuários
 - outros _____
-

3. O fórum de discussão para apresentação de sugestões foi:

- A. plenamente satisfatória
- B. satisfatória
- C. parcialmente satisfatória
- D. não satisfatória

JUSTIFIQUE sua resposta assinalando, no máximo, 4 itens:

- as sugestões apresentadas nortearão minhas práticas futuras
 - houve pouco tempo para discussões relevantes
 - ouvi e fui ouvido
 - minha sugestão não foi considerada
 - a discussão se tornou muito ampla
 - questionou minha prática educativa
 - falta de organização
 - outros: _____
-
-
-

Data: ____/____/2006

NÚCLEO DE TRABALHOS COMUNITÁRIOS – N.T.C.
PUC/SP

V ENCONTRO DE EDUCADORES – Avaliação do 2º dia

Levando em consideração os temas desenvolvidos, quanto forma de trabalho avalie se houve:

- () Diálogo
- () Construção coletiva do conhecimento
- () Discussão em grupo a partir de uma questão proposta
- () Registro de observação a partir do vídeo

Situação-problema de aplicação do conhecimento

- () a) análise das experiências que vem sendo desenvolvidas
- () b) síntese das falas /argumentos do grupo
- () c) vivência de situações que permitem analisar as experiências no Programa

O conteúdo de hoje mais importante foi?

O conteúdo de hoje mais interessante foi?

Não ficou claro...

Já sabia que...

Quero saber mais sobre...

Data: ____/____/2006

NÚCLEO DE TRABALHOS COMUNITÁRIOS - N.T.C.
PUC/SP

V ENCONTRO DE EDUCADORES – Avaliação do 3º dia

1) Reflita sobre a oficina de Sexualidade e avalie quanto:

a) Objetivos:

() atingidos () não atingidos

b) Metodologia

() adequada () pouco eficaz

c) Relação Educador / Educando

() favoreceram a aprendizagem () dificultou o processo

d) Destaque no que contribuiu essa oficina em relação ao seu trabalho no Programa Integração AABB Comunidade.

2) Em relação a oficina Educação Ambiental, reflita e avalie quanto:

a) Objetivos:

() atingidos () não atingidos

b) Metodologia

() adequada () pouco eficaz

c) Relação Educador / Educando

() favoreceram a aprendizagem () dificultou o processo

d) Destaque no que contribuiu essa oficina em relação ao seu trabalho no Programa Integração AABB Comunidade.

3) Em relação a oficina Alimentação Sustentável, reflita e avalie quanto:

a) Objetivos:

() atingidos () não atingidos

b) Metodologia

() adequada () pouco eficaz

c) Relação Educador / Educando

() favoreceram a aprendizagem () dificultou o processo

d) Destaque no que contribuiu essa oficina em relação ao seu trabalho no Programa Integração AABB Comunidade.

Data: ____/____/2006

NÚCLEO DE TRABALHOS COMUNITÁRIOS - N.T.C.
PUC/SP

**AVALIAÇÃO DO V ENCONTRO DE EDUCADORES DO PROGRAMA
INTEGRAÇÃO AABB COMUNIDADE - 2006**

O Objetivo do V encontro é propiciar aos educadores e educadoras participantes:

- **Implantar novas visões refletindo sobre o âmbito micro e macro** no espaço da educação do Programa Integração AABB Comunidade.
- **Resgatar ações educativas que estão sendo desenvolvidas** no Programa Integração AABB Comunidade destacando seus desafios e perspectivas com foco na Educação Continuada a Distância, Projeto Alimentação Sustentável e Educação Ambiental, a partir da troca de experiências.
- **Elaborar propostas de multiplicação das atividades vivenciadas no V Encontro** de Educadores do Programa Integração AABB Comunidade a partir das demandas locais

1. Você avalia o objetivo do curso como:

- a - () plenamente atingido**
- b - () parcialmente atingido**
- c - () Não foi atingido**

JUSTIFIQUE sua resposta:

- () levou à reflexão
- () proporcionou a participação dos integrantes
- () aborda questões de uma Educação diferenciada
- () repensa o papel do educador
- () resgata a auto-estima e relações humanas
- () necessita de uma prática maior para complementar e contribuir no trabalho individual
- () o objetivo se fez muito amplo
- () o grupo não colaborou
- () carga horária insuficiente
- () técnicas difíceis de serem assimiladas
- () outros: _____

2. Você considera que os temas (conteúdos) abordados foram:

a - () plenamente atingidos

b - () parcialmente atingidos

c - () Não foi atingido

JUSTIFIQUE sua resposta:

() possibilitou uma análise da realidade de forma rica e profunda

() os temas estão ligados à uma nova postura do educador

() abriu novas perspectivas

() pouco tempo para aprofundar temas importantes

() deveria ter mais atividades com Arte-Educação

() houve pouca evidência à temas de relevada importância

() alguns temas não condizem com a realidade local

() os temas não atingiram a expectativa

() outros: _____

3. Quanto a metodologia utilizada:

a - () plenamente atingido

b - () parcialmente atingido

c - () Não foi atingido

JUSTIFIQUE sua resposta:

() possibilitou reflexão e outra visão da realidade a partir de novas dinâmicas e técnicas

() por ser inovadora e estimula o trabalho através da Arte-Educação

() facilita a relação educador / educando

() algumas oficinas ficaram a desejar

() há necessidade de uma carga maior, para aprofundamento

() faltou esclarecimentos sobre convivência e trabalhos com crianças

() houve dificuldade de compreensão

outros: _____

4. Em relação aos profissionais que ministraram o curso (representantes da FBB e FENABB, palestrante e educadores do NTC-PUC/SP):

a - () plenamente atingido

b - () parcialmente atingido

c - () Não foi atingido

V Encontro de Educadores / Espaço para troca de contatos

Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____	Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____
Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____	Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____
Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____	Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____
Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____	Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____
Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____	Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____
Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____	Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____
Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____	Nome: _____ Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: (0xx) _____ E.mail: _____

